

# **RELATÓRIO E CONTAS 2016**



Outubro de 2017



# Índice

1. Introdução	4
1.1. Mensagem do Conselho de Administração	4
1.2. Principais Indicadores	7
1.3. Principais Indicadores de consumos	8
2. Enquadramento	11
2.1. Contexto Macroeconómico Internacional e Nacional	11
2.2. Enquadramento Setorial e Medidas do Acionista	16
2.3. ENMC- Ações e projetos relevantes transversais	17
3. Áreas de Negócio	20
3.1. Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)	20
3.2. Unidade de Produtos Petrolíferos (UPP)	24
3.3. Unidade de Biocombustíveis (UB)	27
3.4. Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos (UPEP)	30
4. Recursos Humanos	36
4.1. Emprego	36
4.2. Formação	37
4.3. Segurança e Saúde no Trabalho	39
5. Responsabilidade social	39
6. Perspetivas de Evolução	40
7. Cumprimento das Orientações Legais	42
7.1. Objetivos de Gestão/ Indicadores de desempenho	42
7.2. Gestão do Risco Financeiro e Endividamento	46
7.3. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	47
7.4. Recomendações do Acionista - Contas de 2015	48
7.5. Remunerações	48
7.6. Complemento de Pensões	56
7.7. Estatuto do Gestor Público (artº 32º)	56
7.8. Despesas não documentadas	57
7.9. Relatório sobre Remunerações	57



7.10. Contratação Pública	58
7.11. Relatório anual sobre prevenção da corrupção	59
7.12. Sistema Nacional de Compras Públicas	59
7.13. Frota Automóvel	59
7.14. Medidas de redução de gastos operacionais	60
7.15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	63
7.16. Recomendações de Auditorias do Tribunal de Contas	64
7.17. Informação Site do SEE	64
7.18. Quadro-resumo: Cumprimento das obrigações legais	66
8.Análise Económica - Financeira	67
8.1. Análise da Conta de Exploração	67
8.1.1. Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)	67
8.1.2. Unidade de Produtos Petrolíferos (UPP)	74
8.1.3. Unidade de Biocombustíveis (UB)	75
8.1.4. Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos (UPEP)	77
8.1.5. Global	78
8.2. Análise Patrimonial - Global	81
8.3. Análise de Tesouraria - Global	82
8.4. Investimento	83
8.5. Endividamento	83
8.6. Prazos Médios de Pagamento e Recebimento	83
8.7. Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE:	83
9. Proposta de aplicação de resultados	85
10. Demonstrações Financeiras	86
11. Anexo às Demonstrações Financeiras	87
ANEXOS	88
- Parecer do Conselho Fiscal	88
- Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	88



# 1. Introdução

# 1.1. Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2016 pode, sem incorrer em exageros, ser considerado como um marco de referência para esta empresa do setor público empresarial, devendo ser, aliás, considerado como um ano de viragem nos objetivos inicialmente delineados pelo acionista Estado, na medida em que, no final do exercício de 2016, a que este relatório e contas dá corpo, todos os pressupostos e objetivos foram alterados, conforme vai ficar exposto mais à frente. Daí que esta mensagem, que serve de impulso ao relatório e contas de 2016, tenha como ponto de partida o apelo a uma realidade histórica, invocando aqui a EGREP E.P.E. - Entidade Gestora das Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, entidade pública a que a ENMC E.P.E. - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis sucedeu por via da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro, diploma legal que publicou no seu anexo os estatutos da atual ECA - Entidade Central de Armazenagem. Mas não só, pois que a ENMC E.P.E. vai para além da antecessora EGREP E.P.E. no que às competências diz respeito, dado o encargo que os estatutos, e os sucessivos diplomas legais da área energética atribuíram a esta empresa pública. Mas voltando a esta última, e antes da "evolução" legislativa já atrás identificada, a EGREP E.P.E. assegurava, e assegurou bem, as funções de ECA, em cumprimento, aliás, das disposições legais dimanadas das instâncias Comunitárias sobre a obrigatoriedade dos Estados membros constituírem e manterem reservas de emergência, garantindo ainda o cumprimento de acordos internacionais que vinculam a República Portuguesa em matéria de garantias de abastecimento público de carburantes em caso crise de abastecimento, como seja o acordo sobre o programa internacional de energia aprovado pela Lei n.º 6/81, de 12 de maio, acordo este que vincula os «Países Participantes» - nos quais se integra Portugal -, e aderentes a estabelecer e manter uma autonomia dos abastecimentos em caso de emergência energética. Disto isto assim, e regressando aos estatutos da ENMC E.P.E., resulta da leitura do já identificado Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro, que a intenção do legislador (e do acionista Estado), foi concentrar numa única entidade pública as diversas competências que, em bom rigor, "tocam" todas as atividades do mercado de combustíveis, desde a importação de crude, até à comercialização em posto, desde a importação e produção de bio líquidos, até à sua incorporação nos produtos finalizados, desde a avaliação das causas dos acidentes provocados pelo uso de carburantes, até à promoção junto das empresas do setor petrolífero do conhecimento do potencial petrolífero das bacias sedimentares portuguesas, apenas para citar algumas (pois que são muitas mais) das atribuições legais, mas que comprovam o largo



espectro de atuação deste ente público. Foi decisão do legislador que a responsabilidade pelo acompanhamento e gestão de todas as matérias relacionadas com a pesquisa e prospeção de petróleo integrassem as competências desta empresa pública que, por lei, é detentora de poderes de autoridade, funcionado não tanto como entidade reguladora, mas sim como entidade supervisora e fiscalizadora do mercado de combustíveis. No meio de todas as alterações legislativas, o certo é que uma das competências não sofreu qualquer alteração; falamos obviamente das reservas de emergências, conservando a ENMC E.P.E. o estatuto de ECA, que já vinha da antecessora EGREP E.P.E., assegurando que Portugal dispõe em permanência de reservas de combustíveis (acabados) capazes de garantirem o funcionamento da sociedade tal como a conhecemos, de forma autónoma e independente, durante pelo menos 30 dias sem dificuldades de abastecimento de combustíveis. É esta a função primordial e primária da ENMC E.P.E.

Voltando ao início desta curta mensagem que dá corpo ao relatório, a referência ao ano de 2016 como um marco na curta existência da ENMC (quatro anos a cumprir no próximo dia 17 de dezembro p.f.) resulta da leitura do disposto no artigo nº 173º do OE de 2017, aprovado pela Lei nº Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e que prevê a «reestruturação orgânica da fiscalização no setor energético», com a «extinção» da ENMC com previsão legal no artigo 174º daquela Lei Orgânica, prevendo ainda a transferência das competência da gestão das reservas de emergência, para a DGEG e as competências de supervisão repartidas entre a ERSE e a já referida DGEG, bem como as competências ao nível da pesquisa e exploração de recursos petrolíferos para esta última entidade da administração direta do Estado. Ora, sem grandes aprofundamentos teóricos, é por demais evidente que esta decisão, por si só, condicionou à partida o fecho do ano de 2016, e tem condicionado sobremaneira o exercício do ano de 2017, bastando, para tal, pensar que todos os projetos futuros ficam, e estão, à partida condicionados por esta decisão vertida em Lei da República, o que se pode verificar, inclusive, através da leitura deste relatório (ponto 6 infra), no campo destinado à prospetiva. Daí que, e mesmo sabendo que a correta gestão desta entidade pública tem seguido todas as orientações da(s) tutela(s), e bem assim de todas as entidades competentes ao nível do apoio e fiscalização da gestão das empresas públicas, o certo é que a referência feita aos artigos 173º e 174º do OE/2017 não podia deixar de ser aqui invocada, mais que não seja pelo fortíssimo impacto na imagem da empresa para com os restantes stakeholders, e porque não o deixar explicito nesta mensagem, os efeitos na moral dos trabalhadores e colaboradores da própria empresa.

Dito isto, e assumindo mais uma vez que o conselho de administração tem levado a efeito uma - rigorosa - gestão da empresa pública, como aliás vai ficar exposto no presente relatório, a verdade é que apesar de todas as vicissitudes no encerramento do ano de 2016, e porque a



gestão não é estanque, por anos, e na continuidade do ano de 2017, todos os objetivos propostos foram, não só cumpridos como também ultrapassados, com equilíbrio financeiro, prevendo-se, para o exercício de 2018 a redução das prestações devidas pelos operadores obrigados, denotando, pois, que as dificuldades colocados ao conselho de administração nesta situação única, não causaram qualquer engulho.

Assim, e mesmo sabendo que o relatório é referente a 2016, a verdade é que o cumprimento rigoroso do plano de atividades e orçamento de 2016 foi uma aposta do conselho de administração, e que fica bem claro através da leitura dos dados fornecidos pelo presente relatório e contas, continuando o ano de 2017 na esteia de uma política de rigor, eficiência e eficácia das unidades que enformam a ENMC, garantindo, desta feita, que os consumidores saem protegidos e que a intervenção da ENMC no mercado garante a todos os operadores e comercializadores uma acesso a condições de mercado em igualdade de circunstâncias, garantindo-se, por esta via uma concorrência totalmente leal, ficando a ganhar os consumidores e o mercado, até porque, e invocando aqui o que vem sendo dito, a ENMC continua, na data do presente relatório e contas, no exercício pleno de todas as atribuições e tarefas legalmente incumbidas e estatutariamente atribuídas.

Uma última palavra para os trabalhadores da ENMC, que apenas pode ser de confiança; confiança no futuro, confiança que a instabilidade resultante das alterações legislativas tem como objetivo último melhorar o mercado de combustíveis, garantir a segurança das reservas de emergência, constituindo uma mais valia para o país e, consequentemente, para a sociedade; a todos, o nosso muito obrigado pelo esforço e empenho demonstrado.



# 1.2. Principais Indicadores

Apresentam-se, em seguida, os principais indicadores da atividade da ENMC, cujas reservas continuam a garantir os 30 dias de reservas estratégicas exigidas.

		(M€)
INDICADORES / ANOS	2015	2016
ESTRUTURA ACCIONISTA		
Total capital social M€	0,25	0,25
Capital social detido Estado %	100,00	100,00
SITUAÇÃO PATRIMONIAL M€		
Activo circulante (corrente)	259,92	376,64
Activo fixo (não corrente)	10,87	11,14
Total activo	270,79	387,78
Capital próprio	-93,24	21,75
Passivo	364,03	366,03
Total CP+Int Min+Passivo	270,79	387,78
ACTIVIDADE ECONÓMICA		
Resultado operacional	-83,95	107,56
Amortizações + Provisões	0,05	0,13
Resultado líquido	-84,71	107,48
EBITDA	-83,90	107,69
Vol negócios	24,56	24,33
Custos c/ pessoal	1,02	1,54
VAB cf per capita	8,76	0,32
SITUAÇÃO FINANCEIRA		
Fluxos das actividades operacionais	15,16	9,12
Fluxos das actividades de investimento	0,25	0,16
Fluxos das actividades de financiamento	-1,08	-0,23
Liquidez geral (sem reservas)	6,66	5,45
RÁCIOS DE ESTRUTURA		
Autonomia financeira %	-34,4%	5,6%
Solvabilidade %	-25,6%	5,9%
Endividamento %	negativo	95,9%
OUTROS INDICADORES		
Custos estrutura/custos totais%	12,83%	1,21%
Custo médio ponderado dos capitais %	0,20%	2,00%
Prazo médio de recebimentos (dias)	48	45
Prazo médio de pagamentos (dias)	25	10



#### 1.3. Principais Indicadores de consumos

#### Evolução do Consumo dos Combustíveis

Durante o ano 2016, enquanto que na categoria A (Gasolina) foi registada uma inversão face ao ano anterior com uma queda das introduções ao consumo, nas restantes categorias registaram-se aumentos, com especial destaque para o crescente aumento do Jet-A1 (Categoria B). Na categoria A, depois de, em 2015, se ter registado uma subida de +0,29% relativamente a 2014, em 2016 verificou-se uma descida de -1,6% face a 2015.Na categoria B, que engloba o Gasóleo e o Jet, depois de um aumento de +2,8% em 2015 face a 2014, durante o ano de 2016 registou-se um aumento de +2,21% face a 2015.

Na categoria C, depois de, em 2015, se ter registado uma subida de +3,13% face a 2014, durante o ano de 2016, registou-se um aumento de +0,15% face a 2015.

No final do ano, as reservas totais detidas pela ENMC, compostas por inventário e contratos de manutenção (*tickets*), apresenta a seguinte distribuição em dias: Gasolinas (A) – 52 dias; Gasóleos (B) – 49 dias; Outros (C) – 48 dias.

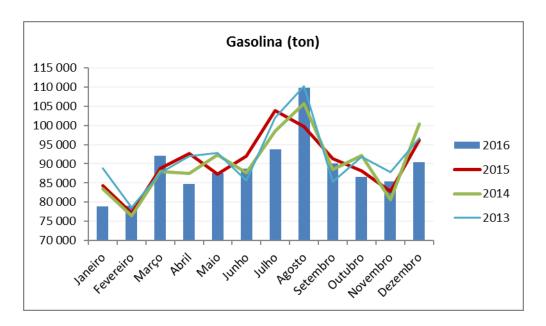
Desta forma, a ENMC continua a assegurar as reservas mínimas que lhe incumbem, ou seja, 30 dias para a Gasolina (A), 30 dias para o Gasóleo (B) e 30 dias para os Outros (C).

# • Categoria A (gasolina): -1,6% face a 2015

As introduções no consumo desta categoria de combustíveis alcançaram o nível mensal mais baixo em janeiro de 2016 (com um decrescimento de 6,5% face ao mês homólogo de 2015).

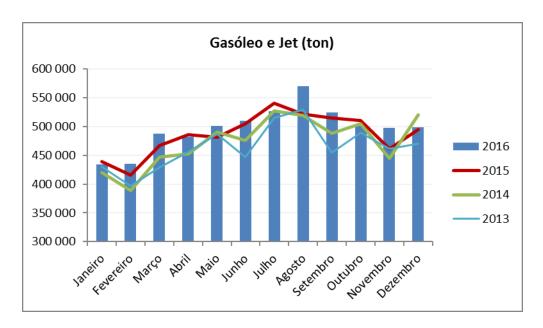
As introduções ao consumo, entre janeiro e abril, registaram globalmente uma evolução negativa tendo diminuído, nesse período, 2,39% (acima da média de redução anual). Ao nível de variação mensal, no sentido negativo, houve decréscimos face ao período homólogo de 2015 nos meses de janeiro, abril, junho, julho, setembro, outubro e dezembro, sendo que, no sentido contrário, pode-se destacar o comportamento positivo dos meses de fevereiro, março, maio, agosto, novembro, outubro e dezembro.





# • Categoria B (gasóleo + JET): + 2,21 % face a 2015

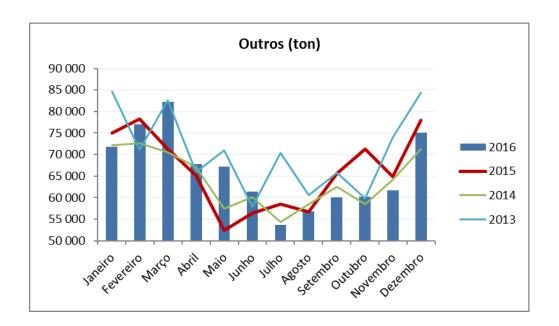
À semelhança da evolução da Categoria A (gasolinas) as introduções no consumo desta categoria de combustíveis alcançaram o nível mais baixo em janeiro de 2016, tendo-se registado uma redução de 1% face a janeiro de 2015. Ao nível de variação mensal, no sentido negativo, houve decréscimos face ao período homólogo de 2015 nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, sendo que, no sentido contrário, pode-se destacar o comportamento positivo dos meses de fevereiro, março, maio, junho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. Os valores mais elevados registaram-se (à semelhança do ano anterior) nos meses de julho, agosto e setembro, ao que não será alheio o período de férias, em que se pode verificar grande aumento sobretudo no consumo de JET e de gasóleo.





# • Categoria C (outros): +0,15% face a 2015

As introduções no consumo desta categoria de combustíveis alcançaram o nível mais baixo em julho de 2016 (-8% face a 2015). No entanto, ao longo do ano, registou-se alguma volatilidade na evolução face ao período homólogo do ano anterior. Ao nível de variação mensal, no sentido negativo, houve decréscimos face ao período homólogo de 2015 nos meses de janeiro, fevereiro, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, sendo que, no sentido contrário, pode-se destacar o comportamento positivo dos meses de março, abril, maio e junho.



# • Estrutura de consumos

Em 2016, a <u>estrutura do consumo dos combustíveis</u> sujeitos a obrigação de reservas foi a seguinte, que se compara com a de 2015:

	2015	2016
Categoria A	14,0%	13,6%
Categoria B	75,7%	76,2%
Categoria C	10,3%	10,2%
	100,0%	100,0%



# 2. Enquadramento

#### 2.1. Contexto Macroeconómico Internacional e Nacional

A exemplo do que se vem verificando nos últimos anos, o sector petrolífero vem sendo marcado por alguma volatilidade, na medida em que sofre o impacto direto da instabilidade geopolítica que afeta as regiões do globo exportadoras líquidas de petróleo. Ao mesmo tempo, e face ao comportamento da economia mundial e aos indicadores da oferta e da procura, durante o ano de 2016 foram tomadas decisões relevantes que tiveram uma correlação direta no comportamento dos mercados e dos principais indicadores internacionais do crude e do mercado de produtos refinados, nos quais se podem destacar o acordo promovido pela OPEP para reduzir os níveis de produção com o objetivo de alavancar os preços do crude.

Apesar do objetivo de descarbonização da economia ter conduzido a um esforço sem paralelo ao nível da investigação, desenvolvimento e investimento nas chamadas energia renováveis, apesar de toda esta estratégia, é assumido por todas as entidades internacionais, que não existem ainda substitutos fiáveis, alternativos e passíveis de acabar com a dependência dos derivados de petróleo, que continuam a estar presente em muito do que somos enquanto sociedade e estão em quase todas as vertentes do nosso padrão de consumo. Assim, importa continuar a assegurar a maior parte do consumo de energia primária da generalidade das economias, continuando a apostar na segurança do abastecimento condição essencial ao normal desenrolar da atividade económica e ao bem-estar das populações.

Como já referimos anteriormente, a segurança do abastecimento obriga à adoção de práticas, e à observância de regras, que se acham estabelecidas, em maior ou menor detalhe, na legislação nacional pertinente, a qual, harmonizando-se com as regras internacionais definidas no âmbito da União Europeia e da Agência Internacional de Energia – na medida em que a cooperação internacional entre os países consumidores de um mesmo espaço geopolítico assumirá a maior relevância na eventualidade de graves crises de abastecimento que transcendam o mero âmbito local – desempenha a função insubstituível de refletir as condições nacionais, regular as estruturas nacionais ao nível executivo e de as articular com a esfera da decisão política.

Assim, e tal como já referido em anos anteriores, a atuação da ENMC tem sido dirigida à concretização dos objetivos estratégicos definidos no quadro das respetivas competências



legais e estatutárias, orientando as linhas de ação estratégicas com vista à implementação dos mecanismos que confiram fiabilidade, operacionalidade e transparência às reservas estratégicas de produtos petrolíferos, enquanto componente da política de segurança do abastecimento. Na sua atuação, deverá orientar-se por práticas que otimizem a eficiência económica e financeira das reservas estratégicas, promovendo a concorrência e não permitindo que as reservas estratégicas sejam uma barreira à entrada de novos operadores, assim contribuindo para o maior benefício económico dos operadores do sector petrolífero nacional, que são os benefícios diretos dos seus serviços e, por intermédio destes, maior benefício dos consumidores e das empresas.

O avanço nos processos de registo e gestão desmaterializados, a melhoria nos processos de negociação e aquisição de C.S.O. tickets, e a capacidade de redução dos custos de armazenagem, asseguraram uma redução da prestação unitária a todos os operadores, incrementando assim competitividade ao setor com impactos positivos em toda a economia.

No âmbito do mercado de combustíveis é importante garantir aos consumidores a qualidade dos combustíveis comercializados nos postos de abastecimento de combustível, bem como a disponibilização dos combustíveis simples junto dos consumidores, divulgando-se a diferença entre combustíveis simples e combustíveis aditivados, deixando claro que os combustíveis simples cumprem todas as especificações técnicas.

A produção global de biocombustíveis tem vindo a crescer de forma constante ao longo da última década, passando de 16 mil milhões de litros, em 2000, para cerca de 140 mil milhões de litros em 2016. Em 2017, a produção mundial de biocombustíveis deverá atingir cerca de 143 mil milhões de litros. Nesse ano, perspetiva-se que os biocombustíveis poderão, assim, cobrir 4% das necessidades globais do combustível dos transportes rodoviários, mas para a AIE, a incerteza sobre as políticas de apoio da União Europeia e dos Estados Unidos fornecem um possível risco de queda, podendo mesmo "minar" o potencial de crescimento no setor.

No âmbito da União Europeia, atualmente, a RED¹ e a Diretiva Qualidade de Combustíveis foram revistas tendo em abril último, a Comissão Europeia, o Parlamento e os Estados-

A Renewable Energy Directive (RED) entrou em vigor a 25 de junho de 2009, tendo sido transposta para a legislação nacional dos diferentes Estados-Membros até dezembro de 2010. A Diretiva Qualidade Combustíveis (2009/30/CE) complementa a RED e reflete alguns dos seus conteúdos tais como os da Sustentabilidade. O requisito fundamental desta Diretiva é a obrigação de que todos os fornecedores de combustíveis devem cumprir uma redução de 6% nas emissões de gases de efeito estufa até 2020, em todas as categorias de combustível introduzidas no mercado



Membros concordado em limitar a 7% o uso de biocombustíveis convencionais (culturas agroalimentares) para a meta de 10% de energias renováveis a ser atingida em 2020. Contudo, não parece haver nenhuma meta obrigatória para a contribuição dos biocombustíveis avançados, apenas deverá ser definida uma meta opcional de 0.5% e serão bonificados com dupla contagem nos diferentes Estados-Membros, sendo esta uma maneira de incentivar o desenvolvimento e a utilização de biocombustíveis avançados que não relacionados com matérias-primas agrícolas.

Em relação às Alterações Indiretas do Uso do Solo (ILUC) apenas será requerido o seu *report* mas não entrará para o cálculo das emissões de carbono através dos cálculos previstos na DER. A União Europeia é o maior produtor mundial de biodiesel. O biodiesel é também o mais importante biocombustível na UE e que, numa base energética, corresponde a 80% do total do mercado de biocombustíveis no setor dos transportes. O alinhamento global dos esquemas de certificação de sustentabilidade será vital para a criação de um mercado internacional para os biocombustíveis sustentáveis.

A ENMC, no âmbito dos biocombustíveis, bem como no quadro do objetivo comunitário de incorporação de 10% de energia proveniente de fontes renováveis no consumo final de energia nos transportes em 2020, durante o ano de 2016, tem vindo a emitir os Títulos de Biocombustíveis (TdB) a todos os biocombustíveis produzidos internamente ou importados, que cumpram os critérios de sustentabilidade estabelecidos no Decreto-Lei n.º117/2010, a fim da sua contabilização para as metas nacionais obrigatórias de energias renováveis.

Simultaneamente, tem sido realizada a supervisão das atividades dos operadores económicos na sua obrigatoriedade de incluírem uma percentagem crescente de biocombustíveis nos combustíveis introduzidos no consumo, com o objetivo de atingir, de forma gradual, a meta europeia de utilização de 10% de energias renováveis no sector dos transportes em 2020 (meta nacional obrigatória para 2015 – 7,5% de energia renovável no setor dos transportes).

Durante o ano de 2016 foi finalizado o processo de implementação de um sistema nacional de verificação do cumprimento dos critérios<sup>2</sup> de sustentabilidade para os biocombustíveis, até agora inexistente.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Todos os produtores nacionais têm de recorrer a sistemas voluntários europeus para a certificação dos biocombustíveis produzidos/importados.



Em 2016, iniciou-se igualmente o processo de revisão das matérias-primas utilizadas na produção de biocombustíveis bonificados, isto é, considerados como tendo duas vezes o seu teor energético (dupla-contagem), com vista à sua adaptação ao progresso técnico-científico, tendo sido elaborada e publicada uma lista positiva de matérias primas, elegíveis para dupla contagem (novembro de 2016).

No entanto, apesar deste objetivo civilizacional de descarbonização, segundo a Agência Internacional de Energia a procura mundial por combustíveis fósseis deverá continuar a aumentar tendo as políticas governamentais um papel determinante na taxa de crescimento e no grau segundo o qual as emissões de gases de estufa seguem ou não o mesmo padrão. Segundo a AIE, num cenário de novas políticas, estima-se que a procura de energia cresça em quase um terço entre 2013 - 2040. Como uma das maiores fontes de emissões de gases de estufa é a produção de energia, o setor energético deverá promover esforços para diminuir essa emissão, sendo por isso incentivada a adoção de tecnologias de emissão de baixo carbono e aumento de eficiência energética.

Relativamente ao petróleo e gás, o seu mercado é território de difícil previsão, quer a curto quer a longo prazo, sobretudo, numa época onde a volatilidade nas opções do lado da oferta, tornam mais imprevisível a tendência dos seus principais indicadores. Segundo as previsões para as tendências até 2040 (*Global Energy Trends to 2040*), estima-se que o maior consumidor de petróleo – os Estados Unidos – experimente uma das maiores reduções na procura entre 2013 e 2040, juntamente com a União Europeia, declinando cerca de 4 milhões de barris por dia (Mb/d), retornando a níveis observados nos anos 60.

Se em 2015, os produtores, face a um mercado bem abastecido e preços baixos, tiveram que cortar nos custos de operação e nos planos de investimento, já em 2016, depois do acordo de Viena promovido pela OPEP, é fundamental perceber se a alavancagem dos preços permite assegurar novas estratégias dos diferentes agentes económicos e políticos.

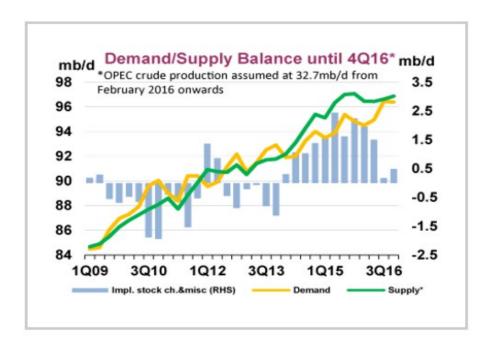
A AIE verificou, no início de 2016, uma espiral de valores baixos para o preço do crude para os índices globais de *benchmark*, em especial com valores de janeiro, e abaixo dos 30 dólares/bbl (*WTI* e *Brent* atingiram os 28.35 dólares/bbl e 27.88 dólares/bbl, respetivamente).

Assim, depois do acordo para o corte de produção de petróleo, os valores médios das cotações internacionais têm vindo a subir, estando o *Brent* a ser negociado acima dos 50 dólares/bbl. Um dos pontos que irá guiar a subida, ou não, dos preços será a resposta de outros países



produtores, nomeadamente os EUA, pois valerá de pouco os mais 1,8 milhões de barris/diários de corte promovidos pela OPEP, se se confirmar a sua substituição, pelo menos em parte, por crude com origem noutros países, mantendo-se assim uma situação de excesso de oferta.

A AIE previu que iria existir, até ao 3º trimestre de 2016, uma estabilização nas quantidades de oferta (*supply*), ou até uma ligeira quebra, antevendo a possibilidade de acordo para a diminuição na produção por parte da OPEC, e existirá uma continuação no aumento da necessidade para este tipo de produto. Apesar desta previsão, a AIE não antevia uma subida significativa dos preços.



No cenário de novas políticas e a longo prazo, a produção de petróleo cresce 12% de 2014 a 2040, para mais de 100 Mb/d em 2040, impulsionada pelos países fora da OPEC inicialmente (até 2020) e da OPEC, daí em diante.

Os baixos preços do gás natural estão a dificultar a previsão daqueles que necessitam de planear projetos a longo prazo. Contudo, prevê-se que a produção de gás natural atinja quase 5.2 triliões de metros cúbicos (tcml) até 2040.

Prevê-se ainda que, no setor mundial de energia, o investimento totalize 68 triliões de dólares de 2015 até 2040, sendo cerca de 37% deste investimento no fornecimento de petróleo e gás.



Também num cenário de novas políticas, a procura de petróleo e gás inicialmente cresce em média 900 mb/dia, por ano, até 2020, mas depois decresce, com a procura mundial a atingir 103,5 Mb/d em 2040.

Os setores do transporte e da petroquímica necessitam ainda de cerca de 16,5 Mb/d. A procura do petróleo para a aviação prevê-se crescer mais rapidamente do que em qualquer outro setor. Apesar de previsões mais otimistas, um cenário de preços de petróleo a manterem-se baixos não deve ser eliminado. Num cenário de baixo preço, um novo equilíbrio de mercado do petróleo emerge a preços de 50 a 60 dólares/bbl bem até 2020, antes de subirem até 80 dólares/bbl em 2040.

Sendo o mercado do petróleo e gás relativamente imprevisível, ainda assim é prevista a necessidade de um contínuo fornecimento destes recursos, como é referido pela AIE, face à procura energética mundial.

Importa ainda continuar a realçar que a utilização do petróleo e o gás representam recursos energéticos de elevado valor económico e são utilizados como combustíveis para a geração de energia (entre as quais a elétrica), e têm ainda um valor indiscutível e ainda insubstituível para a indústria da petroquímica (com utilização para os mais diversos fins), hoje em dia fundamental para assegurar a continuação do nível de vida atual. O desejo de depender cada vez menos de fontes de energia baseada em combustíveis fósseis será tanto ou mais eficaz, quanto a sociedade for capaz de inventar tecnologias e bens substitutos que assegurem a mesma capacidade de manter os mesmos padrões de consumo e de qualidade de vida.

Assim, da mesma forma que em qualquer país do mundo ninguém abandona a possibilidade de conhecer os seus recursos e de procurar aproveitá-los sempre que for claro que é viável e sustentável do ponto de vista económico, social e ambiental, também no nosso país, onde não há, ainda, produção de petróleo ou gás, as atividades que permitem assegurar o conhecimento técnico das nossas potencialidades naturais, devem ser continuadas pois serão determinantes para concluirmos que riquezas possuímos e quais são passíveis de serem aproveitadas.

#### 2.2. Enquadramento Setorial e Medidas do Acionista

O processo de reorganização/reestruturação da ENMC decorreu até 2016, data da publicação do OE/2017 (28 de dezembro de 2016), sendo que a partir deste momento de viragem a ENMC



assumiu um novo rumo, seguindo a estratégia definida pelo acionista, isto apesar de ainda à data do presente relatório e contas manter integras todas as competências decorrentes do disposto no Decreto-lei nº 165/2013 que transpôs para o quadro jurídico nacional a diretiva 2009/119 EC, de 14 de setembro de 2009, e bem assim o assumir das competências de supervisão do SPN, tal como estabelecido no Decreto-Lei nº 31/2006, de 15 de fevereiro, alterado e republicado pelo Decreto-lei nº 244/2015, que estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN) bem como ao exercício das atividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização e à organização dos mercados de petróleo bruto e de produtos de petróleo, transformaram a ENMC na entidade supervisora do mercado dos combustíveis.

Descrição

#### 2.3. ENMC- Ações e projetos relevantes transversais

Ações transversais à ENMC para o ano de 2016:

Atividades Previstas em 2016	Descrição	Calendarização
1	Conclusão da Reorganização da ENMC com as novas competências	Concluído
2	Relacionamento e cooperação internacional	Em curso
3	Participação nas discussões na UE sobre os temas da ENMC	Em curso
4	Celebração de Protocolos de colaboração institucional com outras entidades	Em curso
5	Obter a isenção de IRC para a ENMC, a exemplo do enquadramento fiscal das congéneres europeias da ENMC	Concluído
6	Mudança para as novas instalações em articulação com a DGEG e a ADENE	Não executado
7	Plano de Prevenção de Riscos	Em curso
8	Concessão da POL NATO	Concluído
9	Extensão do Balcão Único a todas as áreas de competência da ENMC	Concluído
10	Infraestrutura tecnológica de suporte ao funcionamento da ENMC	Em curso
11	Separação contabilística das diversas áreas funcionais da ENMC	Durante 2015
12	Produção e publicação de informação mensal - newsletter e Boletim Mensal	Concluído



13	Produção de Boletim Diário, Relatório Semanal e RX Mensal sobre Mercado de Combustíveis	Concluído
14	Lançamento da Aplicação Móvel "Portugal Energia"	Concluído
Outras Atividades		
15	Estruturação do Centro para o Conhecimento do Petróleo	Concluído

- 1. Conclusão do processo de reorganização da ENMC com todas as suas novas competências que se efetivaram, cfr. referido supra ponto 2.2. Contudo, o processo de obtenção dos recursos humanos necessários para as novas competências prolongou-se até 2016, pois na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro, cuja entrada em vigor só se verificou em janeiro de 2016, foram atribuídas à ENMC vastas competências no âmbito da supervisão do Sistema Petrolífero Nacional (SPN).
- 2. Participação nas discussões na AIE e na UE sobre os temas de competência da ENMC, em articulação com a DGEG, conforme Despacho do Senhor Secretário de Estado da Energia de 8 de abril de 2016 que estabelece o fluxograma de coordenação em matérias internacionais para todas as entidades públicas do setor da Energia.
- Relacionamento internacional, nomeadamente uma maior relação com os parceiros e congéneres europeus da ENMC, designadamente a ACOMES (Annual Coordinating Meeting of Entity Stockholders).
- 4. Isenção de IRC para a ENMC (artigo 147º da Lei n.º 7-A/2016 OE/2016, a exemplo do enquadramento fiscal das congéneres europeias da ENMC, sobretudo devido ao carácter específico desta entidade pública que exerce as funções de ECA.
- 5. A manutenção da sede da ENMC nas atuais instalações em detrimento do Edf. Sta. Maria na Av. 5 de Outubro em Lisboa, dado potencial de desenvolvimento da atual opção e de esta apresentar um custo operacional financeiro mais vantajoso.
- 6. Na sequência do Despacho Conjunto nº 4650/2016, de 23 de março, dos Senhores Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e Secretário de Estado da Defesa Nacional, e da Declaração de Retificação nº 524/2016, de 29 de abril, do Senhor Secretário de Estado



da Defesa Nacional, as instalações da POL Nato de Lisboa e respetivas infraestruturas conexas, foram cedidas, a titulo de concessão, à ENMC, E.P.E. por um período de 25 anos.

- 7. Encontra-se em processo de conclusão a nova arquitetura de sistemas de informação da ENMC, quer do sítio da internet, quer da intranet (Elaboração Orçamento e Controlo Orçamental), tendo, durante o ano de 2016, ficado concluído o processo de extensão de todas as funcionalidades do Balcão Único do operador a todas as áreas operacionais da ENMC, tendo como objetivo a integração, simplificação e desmaterialização das comunicações com os operadores e utentes em geral.
- 8. Procedeu-se à separação contabilística, por centros de responsabilidade, das várias unidades que compõem a ENMC, por forma a cumprir-se os princípios inerentes à URP, em termos de transparência de informação a apresentar ao Conselho Consultivo, e outros órgãos sociais, bem como uma melhor monitorização do resultado a atingir pela URP anualmente, os quais devem ser tendencialmente nulos recuperação dos custos incorridos, nos termos do previsto, respetivamente, no nº 1 do artigo 15º-B e no nº 3 do artigo 20º dos Estatutos da ENMC.
- 9. Durante o ano de 2016, assegurou-se a produção de uma newsletter mensal com informação relevante sobre os principais desenvolvimentos do setor e a atuação da ENMC, bem como de um Boletim Mensal com análise ao mercado dos combustíveis em Portugal, publicado no site da ENMC.
- 10. Durante o ano de 2016, foram também criados mais dois instrumentos de informação pública, nomeadamente, o Boletim Diário e o Relatório Semanal da ENMC que procuram assegurar um acompanhamento mais próximo dos mercados internacionais e nacional.
- 11. Ao mesmo tempo, e com o objetivo de reforçar o papel da ENMC enquanto supervisor do mercado de combustíveis e ao mesmo tempo garante de uma informação pública mais transparente e eficiente, foi lançado a aplicação móvel gratuita "Portugal Energia" com informações sobre os postos de combustível registados junto do balcão único, contendo toda a informação de preços praticados, localização (com ferramenta GPS), serviços disponibilizados, bem como uma ferramenta de classificação qualitativa, procurando desta forma induzir ainda mais qualidade e concorrência em nome do interesse dos consumidores.



# 3. Áreas de Negócio

# 3.1. Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

Neste âmbito, estavam previstas as seguintes atividades a realizar durante 2016:

Atividade	Descrição	Calendarização
1	Reservas - Otimização da sua gestão	Concretizado
2	Revisão dos Contratos de Armazenagem	Em curso
3	Assinatura do contrato relativo às instalações do depósito POL-NATO Lisboa	Concretizado
4	Balcão Único Eletrónico ENMC	Concretizado
5	Aplicação de Prestação Única para as Reservas	Concretizado
6	Plano de Emergência Energético para a área dos combustíveis	Em curso
7	Articulação internacional	Concretizado

1. Continuou-se a procurar assegurar a otimização do *portfólio* de reservas e rotação de produtos, procurando assegurar as melhores condições financeiras e de mobilização.

#### 2. Contratos de armazenagem:

- a) Em paralelo com a revisão dos contratos de armazenagem, a ENMC tem continuado a sua estratégia de diversificação de localizações de armazenagem por forma a maximizar a otimização da sua estrutura de custos com a constituição de reservas.
- b) Continuou-se o processo de consolidação das mudanças efetuadas na constituição e cedência de reservas, nomeadamente assegurando um processo desmaterializado que permita uma gestão mais próxima, com menores custos de operação e que permita planificar as necessidades de reservas a constituir com maior tempo de antecedência, de forma a possibilitar maior capacidade negocial junto do mercado.
- 3. Assinado o contrato de concessão à ENMC do depósito Pol Nato de Lisboa, que permite uma gestão direta destas instalações estratégicas para o país.
- 4. Com a entrada em funcionamento, no dia 1 de abril de 2016, do Balcão Único Eletrónico da ENMC cumpriu-se o objetivo de desmaterialização, simplificação da articulação e



comunicação com os operadores do Sistema Petrolífero Nacional: reporte de informação, a comunicação sem custos, dispondo-se, ainda, de uma ferramenta de arquivo documental.

5. O objetivo de concretizar a aplicação de uma Prestação Única para a constituição de reservas, através de uma prestação de igual valor para as três categorias de produtos, foi já objeto de Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Energia, concretizando mais uma descida nas prestações médias unitárias a suportar pelos operadores do SPN.

# Organização e gestão das reservas estratégicas

# Composição

Assim, no final de 2016 a ENMC possui as seguintes reservas distribuídas pelos seguintes produtos:

	MT
Crude	687.082
Gasolinas	51.400
Gasóleos	397.710
Fuelóleos	45.000
GPL	6.000

# Localização

De forma idêntica ao ano de 2015, todas as reservas físicas estão detidas em território nacional.

# RESERVAS FÍSICAS/ARMAZENADAS:

	Siste	istema logístico GALP			TOTAL	
(Kmt)	Sines	Matosinhos	Outros	DPNL[1]	IOIAL	
Crude	353,5	184,6			538,1	
Gasolinas	31,4	16,7	3,3		51,4	
Gasóleos	97,6	38,8	22	139,3	297,7	
Fuelóleos	39,5	5,5			45	
GPL	6				6	

[1] Depósito POL NATO Lisboa.



# Estrutura e Propriedade

Numa ótica de equivalência em produtos acabados, as reservas da ENMC apresentavam-se como segue<sup>3</sup>:

#### RESERVAS TOTAIS:

		RESERVAS TOTAIS		
(Kmt)		Crude	Produto	
Categoria A		73,4	51,4	
Categoria B		410,1	297,7	
Categoria C		54,6	51	
	Sub-total	538,1	400,1	
Tickets (*)		149	100	
	Total	687,1	500,1	

<sup>(\*)</sup> Contratos para a manutenção à sua ordem de produtos de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros

Os dispositivos legais que regulamentam a temática das reservas estabelecem que um terço das reservas da ENMC seja constituído por produtos acabados. No final de 2016, essa percentagem era de 42,13%, calculada à luz do Decreto-lei nº 165/2013, que transpôs os critérios da Diretiva 2009/119/CE, do Conselho.

De forma idêntica ao ano transato (2015), para evitar destabilizações do sistema de reservas obrigatórias em Portugal, foi decido proceder à contratação de reservas, através de contratos de manutenção, à ordem de uma entidade, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (contratos CSO-*Compulsory Stock Obligations ou tickets*), previstos na Diretiva 20109/119/EC e ao abrigo do artigo 14º do Decreto-lei 165/2013, e com um custo negociado conforme o valor de mercado.

#### Cobertura

- a. <u>Cumprimento da obrigação mínima da ENMC:</u> esta obrigação corresponde atualmente a 30 dias de consumos para a totalidade das categorias (Categorias A, B e C)
- b. <u>Reservas cedidas a operadores:</u> a ENMC substituiu-se no cumprimento da sua parte da obrigação. No final de 2016, encontravam-se nesta situação 19 operadores e aos quais se tinham afetado as seguintes reservas (em milhares de toneladas):

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Crude convertido em produtos com base na chave de mercado, ou seja, com base nas introduções ao consumo por categoria em 2016.



- o 70,1 de gasolinas;
- o 329,2 de gasóleos;
- o 41,1 de outros produtos.

A afetação das reservas da ENMC às finalidades acima abordadas pode ser sintetizada como segue:

	COBERTURAS POR UTILIZAÇÃO			
(dias)	(a)	(b)	TOTAL	
Gasolinas	30	15	45	
Gasóleos	30	22	52	
Outros	30	20	50	

- (a) Reservas estratégicas
- (b) Reservas cedidas aos operadores

#### Gestão das Reservas

As reservas de gasóleo armazenadas no DPNL estão cobertas por seguros contra riscos gerais e ambientais, com valor de reposição, diretamente contratados pela ENMC. O seguro das reservas que se encontram no sistema logístico GALP ENERGIA está contratualmente incluído no custo de armazenagem negociado com esta empresa.

Em 2014, detetaram-se problemas de oxidação no que concerne à qualidade nas reservas armazenadas em algumas linhas do DPNL, embora em pequena quantidade (cerca de 2.900,00m3), que curiosamente desapareceram em 2017 após uma análise ao produto seguindo o método intercomparação laboratorial.

Como planos e ações futuras, a ENMC continuará a estudar novas formas de armazenamento, privilegiando a segurança e a qualidade, com o mínimo de custos, continuando a explorar outras opções, à semelhança das suas congéneres e optando, sempre, pelas melhores soluções económicas que mantenham o rigor na qualidade e segurança física dos produtos, bem como a sua operacionalidade em caso de necessidade de utilização.



Outro aspeto, também importante, na gestão das reservas, será o plano para a sua mobilização cujo primeiro *draft* foi elaborado à Secretaria de Estado da Energia para, em nome do Governo propor medidas de tomada de decisão que apenas aquele departamento do Estado pode estabelecer, como seja a tomada de decisão dentro do Ministério da Economia.

# 3.2. Unidade de Produtos Petrolíferos (UPP)

Atividade	Descrição	Calendarização
1	Monitorização do mercado de combustíveis	Em curso
2	Controlo de Qualidade	Em curso
3	Certificação dos Operadores	Em curso
4	Auditorias no âmbito do SPN	Em curso
5	Fiscalizações	Em curso
6	Defesa do Consumidor/Reclamações	Em curso
Outras ativid	ades	
7	Intervenção ao nível contabilístico e patrimonial	Em curso

# 1. Monitorização do mercado de combustíveis

- a) Garantia da regularidade do abastecimento nacional, com a referenciação dos principais operadores nacionais que, pela sua dimensão e área de negócio (podem) condicionar as políticas em matéria de abastecimento: no decurso do ano foi efetuado o acompanhamento de 5 operadores.
- b) Implementação do Cadastro centralizado nos termos previstos no Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro: encontra-se concluído, conforme referido na área institucional e transversal.
- c) Criação e implementação de normas de monitorização da segurança do abastecimento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN) e acompanhamento das condições de aprovisionamento do País em petróleo bruto e produtos de petróleo, em função das necessidades futuras do consumo, e monitorização do funcionamento dos mercados de petróleo bruto e produtos de petróleo, tendo-se perspetivado a intervenção em, pelo menos, 10 operadores dedicados à importação de derivados. Neste âmbito, foram monitorizados 10 operadores em 2016.
- d) Estabelecimento de linhas de orientação sobre a metodologia a utilizar na competência de supervisão da ENMC. Neste âmbito, foram implementadas **normas de atuação em**



reuniões semanais com as equipas de intervenção, prevendo-se a sua continuidade no próximo ano, através da continuação de reuniões de âmbito semanal.

- e) Regulamentação da nova Lei de Bases do SPN. Foram publicados **os respetivos** regulamentos no decurso de 2016.
- f) Recolha e tratamento da informação dos operadores para efeitos da Lei nº 6/2015, de 16 de janeiro, e do Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro: no 1º semestre, foi efetuada uma intervenção global num total de 1267 operadores.
- g) Supervisionamento do Acesso de Terceiros às instalações declaradas de interesse público: no 1º semestre foi efetuada reunião com a CLC com vista à preparação do respetivo Regulamento, tendo sido efetuada intervenção junto dos 2 principais operadores de mercado.
- h) Estabelecimento de mecanismos de mediação previstos na lei, sendo que, foi acionado o mecanismo de mediação em dois operadores/comercializadores de GPL canalisado, tendo sido dada resposta aos pedidos rececionados na ENMC.
- i) Promoção da alteração de legislação e regulamentação relativas ao licenciamento, à responsabilidade técnica, à segurança, à eficiência e à fiscalização das instalações e atividades respeitantes ao petróleo bruto e produtos de petróleo. Nesta data, a alteração proposta aguarda decisão da tutela da Energia.

#### 2. Controlo de Qualidade

- a) Colheita de 1500 amostras no âmbito do cumprimento do plano de colheitas de amostras a que Portugal, como Estado da EU, está obrigado: no decurso do ano de 2016 foi realizada a colheita de 1590 amostras.
- b) Certificação e acreditação dos trabalhadores afetos à UPP, no âmbito das competências de fiscalização e da colheita de amostras: foram efetuadas as três ações de formação dedicadas, previstas para o ano de 2016.
- c) Desmaterialização de todo o processo de colheita de amostras, salvo a utilização de suporte em papel para a tramitação do processo por contraordenação: este processo está concluído, tendo sido executado a 100%.

#### 3. Certificação dos Operadores

a) Certificação administrativa de 5000 operadores do Sistema Petrolífero Nacional, não foi possível a sua conclusão de todos os operadores até ao final do ano. Neste contexto, será necessário a formação de mais duas equipas operacionais para o que se perspetiva a contratação de 4 técnicos e a aquisição de três viaturas comerciais para operacionalização



de um total de cinco equipas. Aguarda-se autorização da tutela das finanças para a formalização desta aquisição.

b) Implementação e fiscalização do cumprimento dos regulamentos que estabelecem a obrigatoriedade de troca de garrafas de GPL, independentemente da marca: processo suspenso por efeito de providência cautelar junto do TAF de Lisboa.

#### 4. Auditorias no âmbito do Sistema Petrolífero Nacional

Realização de 5 auditorias às instalações petrolíferas, designadamente de refinação, de transporte e de armazenamento: até ao fim do ano foram efetuadas 8 auditorias a operadores.

#### 5. Fiscalizações

Fiscalização de 1000 operadores do SPN no âmbito das competências da ENMC, Lei nº 6/2015, de 16 janeiro, e Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro: foram fiscalizados 1267 operadores até ao final do ano.

# 6. Defesa do Consumidor/Reclamações

- a) Neste âmbito, até à data, a apreciação e proposta de respostas às consultas e reclamações sobre aspetos da sua competência referentes à produção, transporte, distribuição e comercialização de produtos de petróleo, bem como sobre as várias atividades da cadeia de valor do mercado do GPL canalizado, tem sido efetuada no prazo estabelecido na lei (10 dias);
- b) Foi efetuada uma campanha ao nível nacional, sob o lema: Combustível Simples é Bom;
- c) Promoção da segurança de pessoas e bens e da defesa dos consumidores através da sensibilização das entidades que atuam no setor petrolífero e do público em geral para a aplicação da regulamentação técnica de segurança e de qualidade de serviço e acompanhar o desenvolvimento e a utilização das capacidades de refinação, armazenamento, transporte, distribuição e comercialização de produtos de petróleo, conforme quadro indicativo das reclamações:



Matéria reclamada	Meses												
Materia reciamada	jan	fev	ma	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Qualidade do combustível	8	9	12	13	14	20	20	15	10	9	10	1	
Danos em viaturas	5	0	4	2	6	4	4	10	10	8	15	4	
Falta de sanitários e outros equipamentos	9	29	8	7	10	9	9	9	7	9	8	8	
Atendimento	57	68	74	74	95	110	110	98	81	78	85	73	_
Faturação incorreta	1	9	6	5	8	8	8	18	20	16	16	5	Total Global
Irregularidade do equipamento	11	9	7	4	9	15	15	20	15	8	20	32	2526
Preço do combustível	12	36	30	44	51	11	11	19	15	19	27	11	
Fornecimento de GPL	2	6	6	2	2	15	15	9	10	11	14	15	
Outros não especificados	20	48	36	23	25	26	26	40	35	38	60	54	
Outros danos	1	6	6	1	0	4	4	21	14	6	3	3	
TOTAL	126	220	189	175	220	232	222	259	217	202	258	206	

# 7. Intervenção ao nível contabilístico e patrimonial - operadores do SPN

No 2º semestre foram efetuados contactos com os principais operadores do mercado (SPN) nacional para efeitos de verificação da separação jurídica e contabilística das atividades de refinação, transporte e armazenamento de produtos petrolíferos, no âmbito de uma imposição legal (prevista nos artigos 12º-A e 12º-B do Decreto-Lei nº 31/2006, de 15 de fevereiro, com a redação e republicação operada pelo Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro), para o que, no âmbito da política de recursos humanos da ENMC, se efetuou uma reafectação funcional dos meios humanos dentro da ENMC a fim de suprir esta necessidade funcional ao nível económico-financeiro.

# 3.3. Unidade de Biocombustíveis (UB)

Atividades Previstas	Descrição	Calendarização				
1	Verificar metas de incorporação	Durante 2016				
2	ECS - Supervisionar as regras de sustentabilidade para todos os operadores	Durante 2016				
Outras Atividades						
3	Acompanhar a evolução do Mercado Europeu de Biocombustíveis	Durante 2016				
4	Contribuição para o processo de transposição da Diretiva EU n.º 2015/1513	3º e 4º Trimestre				



# 1. Metas Nacionais de Incorporação

- a. Verificação das metas nacionais de incorporação obrigatórias previstas no Decreto-Lei nº 117/2010, de 25 de outubro;
- b. Verificação das declarações mensais dos operadores económicos;
- c. Supervisão do Mercado de títulos de biocombustíveis (TdB), como mecanismo facilitador do cumprimento das metas nacionais de incorporação pelos operadores nacionais.

# 2. Entidade Coordenadora do Cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade - ECS

- a. Verificação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis pelos produtores de regime geral e pequenos produtores e importadores nacionais;
- b. Emissão de títulos de biocombustíveis (TdB) aos operadores económicos como certificado representativo da incorporação de uma tonelada equivalente de petróleo (*Tep*) de biocombustíveis destinados a ser incorporados no consumo nacional;
- c. Informação mensal das matérias-primas utilizadas para a produção de biocombustíveis, a nível nacional;
- d. Informação mensal da origem das matérias-primas utilizadas na produção dos biocombustíveis nacionais.
- e. Informação dos TdB emitidos mensalmente: número e tipo.
- f. Elaboração conjunta (ECS, DGEG e APA) de um documento processual de apoio à certificação dos PPD.
- g. Com vista a dar cumprimento ao disposto no artigo 10º da Portaria nº8/2012, relativo às verificações independentes da sustentabilidade dos biocombustíveis, a ENMC em pareceria com o IPAC, elaborou o procedimento para a acreditação das entidades verificadoras do cumprimento dos critérios de sustentabilidade na cadeia de valor da produção de biocombustíveis para a implementação e disponibilização de um sistema de certificação nacional do cumprimento dos critérios de sustentabilidade.
- h. Emissão de pareceres técnicos coadjuvada pelo Conselho Técnico da Entidade Coordenadora do Cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade (ECS), sobre a elegibilidade de matérias-primas residuais para a produção de biocombustíveis com dupla contagem (duas vezes o seu teor energético).
- i. Atualização das matérias-primas elegíveis para a categoria de detritos, para efeito da bonificação na atribuição de TdB (dupla contagem).
- j. Elaboração de uma Lista Positiva de Matérias-Primas elegíveis para Dupla Contagem.



# 3. Evolução do Mercado Europeu de Biocombustíveis

- a) Acompanhamento das alterações da legislação europeia, por forma a garantir a correta transposição para a lei portuguesa;
- b) Análise das principais tendências europeias (a nível legislativo e evolução do mercado) e respetiva elaboração de recomendações para eventuais alterações legislativas.
- c) Realização de uma Conferência-debate sobre Mercado de Biocombustíveis, Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa (março).
- d) Realização de várias reuniões técnicas com empresas internacionais na área dos Biocombustíveis (SkyNRG e Neste Oil), por solicitação das mesmas, com o objetivo de conhecer em detalhe o mercado de biocombustíveis em Portugal e o seu sistema de atribuição de TdB, com vista a uma eventual entrada no mercado português

# Realização de reuniões técnicas de debate e esclarecimento - Transposição da Diretiva EU 2015/1513

A transposição da nova Diretiva (UE) 2015/1513, do Parlamento Europeu e do Conselho de 9 de setembro de 2015, que altera a Diretiva 98/70/CE relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel e a Diretiva 2009/28/CE relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis, desencadeará um processo de revisão do Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro e das portarias que o regulamentam: Portaria n.º 301/2011, de 2 de dezembro, Portaria n.º 8/2012, de 4 de janeiro.

A ENMC promoveu contactos com os *stakeholders* em geral, duma forma participada e estruturada, através da realização de workshops que permitiram reunir os contributos de todas as partes interessadas na matéria, universidades, investigadores, centros de valorização de resíduos, produtores, associações, empresas, organismos públicos relevantes como a APA, o LNEG, a DGEG, a ANAC etc., no quadro dos trabalhos preparatórios de transposição da Diretiva EU 2015/1513 de 9 de setembro.

Foram realizadas reuniões técnicas com *stakeholders* para debater a transposição da Diretiva EU 2015/1513, em colaboração com seis universidades portuguesas, através da realização de 7 Workshops/mesas redondas com o seguinte calendário:

- i. Faculdade de Ciências e Tecnologia -Universidade Nova de Lisboa 6/6/2016
- ii. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro 8/6/2016
- iii. Instituto Superior Técnico 24/6/2016
- iv. Universidade de Coimbra 28/6/2016
- v. Universidade do Minho 30/6/2016



- vi. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto 1/7/2016
- vii. Instituto de Agronomia 17/11/2016
- viii. Webinar sobre Resíduos, Dupla Contagem, Fiscalização e Combate à Fraude em 27/9/2016

Estes contactos com os *stakeholders* vão agora ser prosseguidos através de grupos temáticos de discussão online, criados pela ENMC para potenciar a articulação sistemática e regular com todas as partes interessadas na transposição da Diretiva EU 2015/1513.

#### 3.4. Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos (UPEP)

Atividade	Descrição	Calendarização		
1	Investimento do setor petrolífero na pesquisa e exploração de petróleo em Portugal	Durante 2016		
2	Supervisão das atividades das concessionárias através de eficiente e eficaz acompanhamento e fiscalização.	Em curso		
3	Promoção e divulgação da Geologia do Petróleo	Durante 2016		

# 1. Investimento do setor petrolífero na pesquisa e exploração de petróleo em Portugal

Do ponto de vista da promoção do investimento das empresas do setor em Portugal e do potencial petrolífero das bacias sedimentares portuguesas:

Diligências com os concessionários para discussão e análise de candidaturas a novas áreas de concessão, anexação de áreas e participação/transmissão de ações, bem como se efetuaram os Quadros-resumo das concessões e desenvolveram-se negociações com consórcios/empresas do setor no âmbito de novas concessões e adendas, quer no *deep offshore* das Bacias do Alentejo, do Algarve e de Peniche, quer no *onshore* das Bacias do Algarve e Lusitânica.

Projetos e estudos para o conhecimento da geologia das bacias sedimentares portuguesas e avaliação do seu potencial em hidrocarbonetos, donde se destacam os Acordos/Parcerias com empresas especializadas do setor, designadamente para o reprocessamento de dados sísmicos offshore com a CGG-Robertson e para a cedência de dados com a Exxon Mobil e a Total para a sua análise e reinterpretação. Foram ainda efetuadas várias reuniões com empresas de serviços, para potenciais acordos com interesse para a pesquisa de petróleo, entre as quais a ECRL (Richard Heath), a GEPlan e a Bureau Veritas.

Articulação e agilização de processos administrativos com outras Entidades Competentes, designadamente DGRM, DGAM e MNE, através de encontros e reuniões de trabalho.



Colaborou-se no lançamento de Concurso Público para atribuição de novas áreas de concessão para prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo, dando-se início à consulta e negociações com empresas especializadas para apoio e publicitação internacional, designadamente com a Zebra Petroleum, a PGS, a Polarcus e a TGS-Nopec.

Promoção do potencial petrolífero das bacias sedimentares portuguesas junto das empresas do setor, e através da divulgação dos dados/informação técnica resultantes da atividade de prospeção e pesquisa nacional junto das universidades e laboratórios associados, destacando-se as conferências "AAPG/SEG 2016 International Conference and Exhibition" e a "78th Annual EAGE Conference" a nível internacional e a conferência "IADC World Drilling 2016" e a participação na "Green Business Week" a nível nacional.

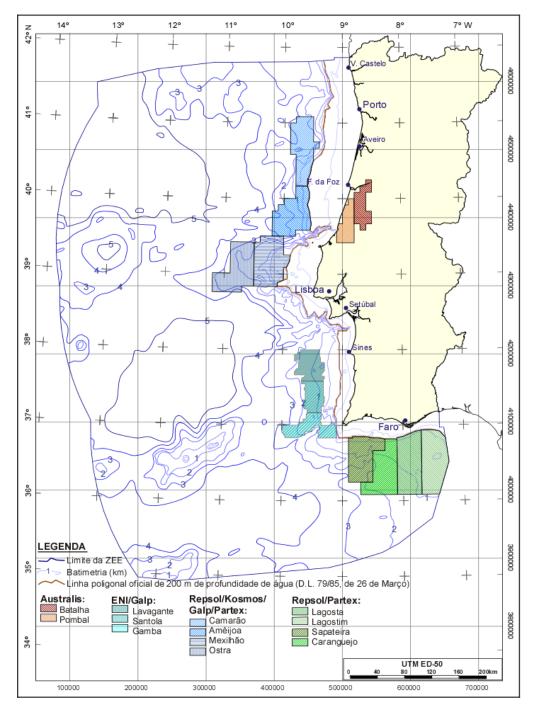
Intervenção na Comissão Consultiva do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo (PSOEM), bem como no Grupo de Trabalho (GT4) relativo aos recursos geológicos e energéticos marinhos.

Criou-se um novo grupo de trabalho para articulação DL nº13/2016 entre a ENMC e a DGRM, como Autoridade Competente, iniciando-se a elaboração do documento de base "ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A PREVENÇÃO DE ACIDENTES GRAVES DE OPERAÇÕESOFFSHORE DE PETRÓLEO E GÁS 2016 – 2021".

# 2. Supervisão das atividades das concessionárias através de eficiente e eficaz acompanhamento e fiscalização

A situação atual dos contratos/licenças é a seguinte: em vigor 13 contratos de concessão para prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo, 2 no *onshore* da Bacia Lusitânica (Batalha, Pombal) e 11 no *deep offshore* das Bacias de Peniche, Alentejo e do Algarve (Amêijoa, Mexilhão, Camarão, Ostra, Lavagante, Santola, Gamba, Caranguejo, Sapateira, Lagosta e Lagostim), conforme figura a seguir apresentada.





Mapa da situação das áreas de concessão em vigor a 31 de dezembro de 2016

No âmbito das atividades de acompanhamento e supervisão das concessionárias relativamente à execução e cumprimento dos contratos de concessão e dos programas de trabalho:

Procedeu-se à avaliação e aprovação dos programas de trabalhos anuais submetidos para cada área concessionada, bem como das cauções anuais e seguros de responsabilidade civil.

Realizou-se uma auditoria interna ao cumprimento dos contratos de concessão "Tavira" e "Aljezur" no *onshore* da Bacia do Algarve.



Supervisionou-se a preparação da operação de Sondagem de Pesquisa da ENI/GALP na Bacia do Alentejo, tendo-se procedido:

- À avaliação da documentação para autorização da realização da sondagem de pesquisa, nomeadamente "Projeto de Perfuração da sondagem" e "Plano de gestão de resíduos".
- À articulação para aceitação dos documentos exigidos pelo Decreto-Lei nº 13/2016, "Notificação de sondagem" e "Relatório sobre Riscos Graves" no âmbito da segurança de operações offshore de petróleo e gás com a DGRM, bem como a realização de conferências procedimentais com as outras entidades envolvidas na matéria, IPMA, GAMA, DGAM, ICNF e APA.
- À finalização da articulação do "Oil Spill Contingency Plan" com o Plano Externo
   "Plano Mar Limpo", conjuntamente com a DGAM e o capitão do Porto de Sines.
- A reuniões de progresso e de objetivos com o Consórcio Eni/Galp, para o ínicio da sondagem "Santola-1x";
- A reuniões com a DGRM para a submissão da Memória Descritiva para obtenção do Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo (TUPEM).
- À submissão do processo ao MNE, incluindo a "Notificação de Operações subaquáticas", para autorização da entrada do navio-sonda em águas sob jurisdição nacional.

Aprovou-se e acompanhou-se os trabalhos de aquisição gravimétrica e magnetométrica na área de concessão "Aljezur", através de relatórios diários de progressão do trabalho.

Rececionaram-se e analisaram-se os relatórios semestrais e anuais de atividades e financeiros das concessionárias.

Relativamente a novas candidaturas, negociações e rescisões de contratos, analisaram-se, submeteram-se superiormente e respondeu-se à:

- o Candidatura da empresa RSM Production Company (empresa do grupo Grynberg Petroleum Company) a duas áreas de concessão para prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo no mar dos Açores, cuja análise técnico-jurídica resultou no seu indeferimento.
- Candidatura da empresa GoreteConta a área de concessão na região de Sta Maria da Feira, cuja análise técnico-jurídica resultou no seu indeferimento.
- o Candidatura por negociação direta às áreas "Berbigão" e "Búzio", "Cadaval", "Estrela-do-mar" e "Camarão Este" e "Camarão Oeste".



- o Rescisão dos contratos de concessão "Aljezur" e "Tavira" no *onshore* da Bacia do Algarve.
- o Rescisão do contrato de concessão "Lagosta" no offshore da Bacia do Algarve.

Relativamente à colaboração e proposta de normas no âmbito da pesquisa e exploração de petróleo e no acompanhamento e colaboração na transposição de diretivas europeias, salienta-se o trabalho desenvolvido para a transposição da Diretiva 2013/30/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013, relativa à segurança das operações offshore de petróleo e gás e a participação em encontros e reuniões como membro do EUOAG (EU Offshore Authorities Group) na qualidade de Autoridade Competente de Portugal, bem como na participação do subgrupo BREF no Grupo de Trabalho "TWG- Unconventional Fossil Fuels" da Comissão Europeia. No âmbito do intercâmbio de cooperação entre entidades congéneres, recebeu o diretor do departamento jurídico e económico da Agência Nacional do Petróleo de S. Tomé e Príncipe para a partilha de experiência e conhecimento.

Destaca-se ainda a ações desenvolvidas para a revisão da legislação petrolífera, entre as quais a deslocação à representação da União Europeia em Bruxelas e à "Hydrocarbon Division, Department of Geology and Geological Concessions, Ministry of Environment" da Polónia. Foi ainda desenvolvido contacto e reunião com a Autoridade Tributária relativa a taxas e impostos petrolíferos e adjudicado um estudo técnico-jurídico sobre a legislação petrolífera nacional ao Instituto de Ciências Jurídico Políticas, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

#### 3. Promoção e Divulgação da Geologia do Petróleo

Desenvolveu-se o projeto relativo à criação de um novo centro "Centro para o Conhecimento do Petróleo" e finalizou-se a infraestrutura para o seu funcionamento.

Centralizou-se e criaram-se condições para o arquivo de todo o acervo do petróleo, bem como dinamizaram-se áreas para o acolhimento de consultores e estudantes.

Fomentou-se a colaboração com as Universidades através da assinatura de vários Acordos/Protocolos para o desenvolvimento de estudos e trabalhos nas áreas da geologia e engenharia do petróleo, tendo-se já concretizado com a FCUL, IST/CERENA, U Coimbra e a INESCTEC Porto, incluindo um protocolo com o LNEG para facilitar acesso às coleções de amostras e sondagens do acervo do petróleo arquivadas na sua Litoteca.

Foi a entidade de acolhimento de um estagiário da Faculdade de Ciências da Universidade



de Lisboa, durante quatro meses, onde desenvolveu o trabalho de mestrado "Análise, interpretação e integração de dados públicos das campanhas ODP e DSDP ao largo da Bacia do Porto".

Apoiou-se tecnicamente estudantes de fim de curso, mestrandos, doutorandos e estagiários no âmbito de acordos e de intercâmbio institucional e de outros estudos académicos, destacando-se os doutoramentos no IST que versa a "Análise geoquímica das amostras e modelação 3D do potencial Petrolífero da Bacia Lusitânica" e na Universidade de Évora que integra o projeto "ESTMAP - energy storage mapping and planning", projeto europeu de armazenamento de energia em formações geológicas, e o mestrados na DCT-UC "Estudo estratigráfico e aplicações da espectrometria de raios gama nas fácies do Triásico Superior na região de Coimbra como sistema petrolífero associado à Bacia Lusitânica (Portugal)" e na FCT-UNL com a "Modelação 3D de camadas e sistema aquífero da região do Seixal".

Acolheram-se e acompanharam-se as visitas de estudantes universitários e secundários no âmbito da disciplina de "Seminários" do IST e no âmbito do Ciência Viva - Ocupação de Científica de Jovens no Verão" do IST/CERENA, sobre a temática do petróleo e a divulgação do acervo e das atividades desenvolvidas durante as fases de prospeção e pesquisa de hidrocarbonetos em Portugal.

Iniciou-se o desenvolvimento e apoio técnico das primeiras consultas no âmbito do protocolo assinado com as universidades, designadamente de 4 alunos do Curso de Pós-Graduação em Geociências do Petróleo para o desenvolvimento dos seus trabalhos de "Projeto de Campo e Experimental" e de mestrado.

Realizaram-se as primeiras "Oficina de Ciências" onde, de forma lúdica, se abordaram temas transversais do 1º ao 3º ciclo, relacionados com os recursos minerais e energéticos e as suas aplicações no dia-a-dia, refletindo sobre a sua natureza não renovável e os cuidados que se deve ter na sua utilização e consumo.

Deu-se continuidade às vendas de dados e informação petrolífera, bem como o apoio às consultas dos concessionários e da indústria e empresas de petróleo, potenciais investidoras no país, como as, Exxon-Mobil, TOTAL, Statoil, TGS-Nopec, Kosmos Energy, Nalcor Energy, Repsol, Partex, Galp, Australis. CGG-Robertson e APT.

Neste contexto, deve ainda referir-se que o Centro para o Conhecimento do Petróleo está em permanente desenvolvimento, designadamente o arquivo de dados/informação técnica do petróleo e a biblioteca especializada. Desta forma, deu-se continuidade ao



tratamento e catalogação documental bem como às ações de preservação e conservação digital e à atualização e manutenção do sistema *Landmark* para gestão de dados petrolíferos, tendo-se, igualmente, em vista a otimização da capacidade de resposta e disponibilização de dados/informação atualizada às empresas de sector, outras instituições, universidades e laboratórios associados.

#### 4. Recursos Humanos

# 4.1. Emprego

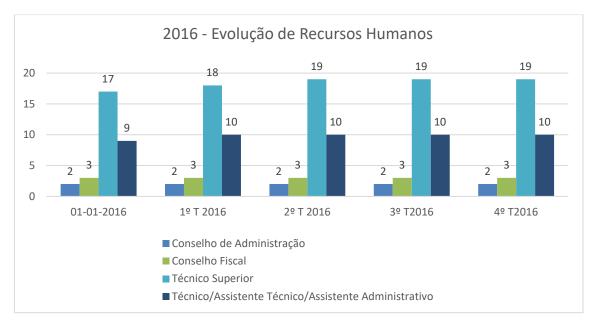
Em 1 de janeiro de 2016, exerciam funções na ENMC, E.P.E. 31 trabalhadores (incluindo Conselho de Administração e Conselho Fiscal), sendo que em 31 de dezembro de 2016 esse número ascendeu a 34 trabalhadores em efetividade de funções.

Ao nível dos Órgãos Sociais mantiveram-se os recursos humanos: 2 membros do Conselho de Administração e 3 membros do Conselho Fiscal.

Contudo, ao nível dos restantes trabalhadores que, no fim de 2015 correspondiam a 26 (17 Técnicos Superiores e 9 Técnicos/Assistentes Técnicos) no fim do primeiro trimestre esse número correspondia a 28 (18 Técnicos Superiores e 10 Técnicos/Assistentes Técnicos/Assistentes Administrativos, tendo sido reforçado em 1 Técnico para a gestão e registo de operadores Balcão Único e 1 Técnico Superior para a área Informática, e 1 Técnico Superior - Coordenador da URP e Gestor do Balcão Único -. Tal cenário a nível de Recursos Humanos manteve-se até ao final de dezembro de 2016

Concluiu-se, pois, o ano de 2016 com um total de 34 trabalhadores, contabilizando para o efeito os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e incluindo 19 Técnicos Superiores e 10 Técnicos/Assistentes incluindo Técnicos/Assistentes Administrativos.





Fundamentação para o aumento do efetivo: a necessidade de dotar a ENMC de uma equipa técnica que pudesse responder às novas competências que lhe foram cometidas (novas competências atribuídas pela Lei nº 6/2015, de 16 de janeiro e, outras, transferidas da DGEG/LNEG e das DRE's) e cuja operacionalização de transferência foi concluída em 17 de abril de 2015.

#### 4.2. Formação

A formação em 2016 foi uma vertente que se revestiu de crucial importância na potencialização dos recursos humanos, dando continuidade ao plano de formação profissional iniciado em 2015, cujo objetivo prioritário foi e sempre será garantir a melhoria contínua do desempenho dos colaboradores da ENMC, E.P.E. através da sua valorização profissional.

A formação permanente do quadro do pessoal da ENMC, E.P.E. é encarada como um investimento, pois são necessários colaboradores preparados para os desafios que lhes venham a ser colocados quer no presente quer no futuro perante os operadores do Sistema Petrolífero Nacional e do público em geral, pelo que foi fundamental a aquisição e reforço de competências e qualificações, com vista a aumentar desta forma os níveis de eficiência e de qualidade das diversas unidades funcionais e transversais da ENMC, E.P.E..

Assim no que respeita às áreas funcionais, houve reforço de competências a nível técnico, com especial destaque para sector dos Biocombustíveis e Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos.



Também não foram descuradas as áreas transversais pois estas desempenham um papel crucial na operacionalidade das outras, destacando-se a formação, no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho e no relacionamento com operadores internacionais em língua inglesa proporcionando a formação e aperfeiçoamento desta língua (falada e escrita).

Iniciou-se ainda no ano transato a implementação de um Sistema de Gestão (Acreditado) para Certificação de Processos e Serviços dos operadores do Sistema Petrolífero Nacional. De acordo com o acima explanado realizaram-se as seguintes ações de formação:

#### Formação contínua

- ✓ Doutoramento, em curso, de um técnico jurista na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa;
- ✓ Mestrado de um técnico, no Instituto Superior Técnico, já finalizado com sucesso;
- ✓ Mestrado de um técnico, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, a decorrer.

#### Formação não contínua

- ✓ "Perfuração de sondagens" e "HSE", pela Petroskills;
- ✓ Curso "Interpretação Sísmica para Geólogos", no IST;
- ✓ Curso de "ArcGis";
- ✓ Na área informática formação no Sistema LandMark, em Aberdeen-Escócia e in house-"OpenWorks System Administration";
- ✓ "SysAdmin", pela LandMark, no que reporta ao carregamento e gestão da base de dados, consistência de dados e estratégia de back-up da informação;
- ✓ Curso BOSIET "Basic Offshore Safety Induction Emergency Training", tendo como objetivo o acompanhamento e fiscalização local da operação de sondagem e pesquisa;
- ✓ "International Sustainability and Carbon Certification ISCC EU and Plus Basic Training", em Penang, Malásia;
- ✓ Língua Inglesa, nível básico e avançado;
- ✓ "Primeiros Socorros", ministrado pela CentralMed;
- ✓ "Combate a incêndios", ministrado pela CentralMed;
- ✓ "ATEX"- Segurança em Atmosfera Potencialmente Explosivas, ministrado pela Sintimex;



- ✓ "Segurança nas Estações de Enchimento de Garrafas de GPL", ministrado no Instituto de Soldadura e Qualidade;
- ✓ "NP EN ISO/IEC 17065: 2014- Avaliação da conformidade. Requisitos para Organização de Certificação de Produtos, Processos e Serviços", ministrado pela RELACRE (Associação dos Laboratórios Acreditados).

Na Tabela I apresenta-se de uma forma global as ações de formação realizadas, de modo contínuo e não contínuo, em que estiveram envolvidos 77 % dos trabalhadores da ENMC (23):

Número de ações	Horas	Número de trabalhadores participantes
16	>861	23

Tabela I - Número de ações, de horas e de trabalhadores envolvidos

#### 4.3. Segurança e Saúde no Trabalho

A formação, no contexto da Segurança e Saúde do Trabalho, perspetiva-se sob a forma de um dos princípios gerais de prevenção, instrumento fundamental para o desenvolvimento da organização do trabalho e da motivação dos trabalhadores. Neste âmbito, em 2016, foi possível qualificar vários trabalhadores da ENMC com formação, na área da Segurança e Saúde no Trabalho de modo a assegurar a sua qualificação perante situações e zonas de acesso, de risco grave, no decorrer das suas atividades.

São exemplo desse tipo de formação as seguintes ações supramencionadas:

- ✓ ATEX- Segurança em Atmosferas Potencialmente Explosivas (12 trabalhadores);
- ✓ Combate a Incêndios (3 trabalhadores);
- ✓ Primeiros Socorros (3 trabalhadores);
- ✓ "Segurança nas Estações de Enchimento de Garrafas de GPL (6 trabalhadores).

#### 5. Responsabilidade social

No decurso do ano de 2016, e no âmbito da responsabilidade social da ENMC, esta entidade pública deu continuidade ao processo de doação das amostras de combustível a instituições de solidariedade social legalmente reconhecidas. Estas amostras recolhidas no âmbito do



processo de controlo de qualidade dos combustíveis, e não utilizadas na análise, são disponibilizadas, mediante sorteio, ao universo das instituições de solidariedade social que se inscrevam para o efeito no seguinte link: <a href="http://www.enmc.pt/pt-PT/inscricao-de-instituicoes-de-solidariedade">http://www.enmc.pt/pt-PT/inscricao-de-instituicoes-de-solidariedade</a> no site da ENMC.

Assim em 2016, foram efetuados dois sorteios, em maio e em setembro:

Aos 3 dias do mês de maio de 2016, pelas 10.00 horas, teve lugar o sorteio de amostras de combustível não reclamadas, nos termos do ponto 1 do Artigo 3.º do Regulamento Interno ENMC n. º1/2015, sendo que os resultados apurados no sorteiro atribuíram o lote n.º1, que inclui as amostras numeradas de 437 a 653 no total de 185 litros de gasóleo rodoviário e de 365 litros de gasolina euro 95, à Cercioeiras, CRL, sediada em Oeiras, na Rua 7 de Junho, 57, com o código postal 2730-174 Barcarena;

Aos 14 dias do mês de setembro de 2016, pelas 10.00 horas, teve lugar o sorteio de amostras de combustível não reclamadas, nos termos do ponto 1 do Artigo 3.º do Regulamento Interno ENMC n.º1/2015, sendo que os resultados apurados no sorteiro atribuíram o lote n.º1, que inclui as amostras numeradas de 654 a 810 no total de 133 litros de gasóleo rodoviário e de 267 litros de gasolina euro 95, ao Centro Social Paroquial do Milharado, sediada em Milharado, no Largo de São Miguel, n.º 5, com o código postal 2665-314 Milharado;

No total, foram doadas às duas instituições, cerca de 318 litros de gasóleo e 632 litros de gasólina.

Atualmente, encontram-se registadas, na ENMC, cerca de 100 instituições. Este procedimento terá continuidade nos anos subsequentes.

#### 6. Perspetivas de Evolução

Sem embargo do estrito cumprimento das competências estatutárias da ENMC, e bem assim das atribuições legais desta entidade pública empresarial, o certo é que a definição de perspetivas de evolução ao nível de projetos de desenvolvimento das atividades de supervisão, e bem assim de novos projetos ao nível das reservas estratégicas da República, com tudo o que isso significa, estão totalmente dependentes da clara definição da norma do artigo nº 173º do OE de 2017, aprovado pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e que prevê a reestruturação orgânica da fiscalização no setor energético, com a extinção da ENMC (artigo



174°) e a transferência das competência, além do mais, das reservas, para a DGEG, o que se aguarda, para assim pensar prospectivamente esta entidade do setor empresarial, do Estado.

Sem embargo o que vem dito, destaca-se, pela sua importância, as seguintes linhas prospetivas, que aliás já estão praticamente executadas em 2017:

- Uma forte aposta na capacidade de fiscalização, com o assumir, na integra, da condição de entidade supervisora do SPN, acompanhando no terreno todas as atividades relacionadas com o mercado de combustíveis;
- Garantir o cumprimento das regras de mercado através de uma atividade fiscalizadora proativa e não sancionatória, não deixando de parte o estrito cumprimento das obrigações legais que vinculam os operadores do SPN;
- Acompanhar a importação e abastecimento do mercado nacional com petróleo bruto e produtos acabados, com especial atenção à importação de gasóleo de Espanha sem a devida incorporação de biocombustível;
- Modernizar e dotar as instalações do POL NATO de condições de segurança que, simultaneamente, garantam a operacionalidade das reservas, e as condições de segurança exigidas a instalações de armazenagem daquela dimensão, inseridas numa zona fortemente urbanizada;
- Procurar novas alternativas de armazenagem autónoma, pois que a experiencia da ECA tem demonstrado que o recurso a terceiros como forma de garantir a armazenagem das reservas torna esta exigência legal mais onerosa para os operadores;
- Garantir o estrito cumprimento das normas que norteiam a importação, produção e
  introdução no consumo de biocombustíveis, com a intervenção junto dos operadores
  através da colheita de amostras e o acompanhamento persistente das aquisições a
  países terceiros, garantindo ainda a correta atribuições de TdB;
- Exigir, com recurso aos meios coercivos e pela via legal que todos os operadores cumpram as obrigatórias metas de incorporação de biocombustíveis, pois que só assim



é possível garantir que todos os operadores intervêm no mercado com igualdade de armas;

- Desmaterializar, por completo, toda a tramitação processual dentro da empresa e no relacionamento com os operadores e com o cidadão em geral;
- Acompanhar e facilitar a tomada de decisão do Membro do Governo com competência ao nível da autorização de pesquisa e prospeção hidrocarbonetos em território nacional;
- Diligência pelo integral cumprimento da lei que regulamenta a pesquisa e prospeção, de uma forma simples e integrada em colaboração com todas as entidades públicas com competência na matéria, desburocratizando a tomada de decisão.
- Aumentar a eficiência e eficácia dos serviços da ENMC, com recurso aos dispositivos legais que permitem a desmaterialização processual e o contato com os administrados de forma eletrónica, em clara linha com os objetivos do Governo para a área da modernização administrativa.

#### 7. Cumprimento das Orientações Legais

# 7.1. Objetivos de Gestão/ Indicadores de desempenho

Instruções DGTF

" Objetivos de gestão previstos no artigo 38º do RJSPE, de 3 de outubro, de forma quantificada e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado"

O Conselho de Administração manifesta a sua preocupação sobre a ausência de um Contrato de Gestão tal como é exigido no artº 18º do Estatuto do Gestor Público e previsto nos artºs 38º e 39 do Decreto-lei nº133/2013. Entretanto e nessa ausência, para o triénio 2010-2012, a ENMC propôs às Tutelas objetivos para os indicadores de desempenho, que a seguir se indicam e que têm sido assumidos nos anos seguintes, e que a seguir se discriminam:



Área de atuação	Indicadores propostos	2016		
	Variação dos gastos de pessoal	0%		
	Evolução do custo unitário de armazenagem (1)	0%		
	Custo unitário de armazenagem/custo da alternativa base (2)	66%		
EFICIÊNCIA	Custo unitário total /custo unitário total da alternativa base (3)	60%		
	Variação dos gastos de estrutura	0%		
	Gasto líquido do financiamento			
Prazo médio de pagamentos a fornecedores	РМР	0		
Custo de aquisição das reservas/dívida	Reservas a custo de aquisição/Dívida	97%		
EFICÁCIA	Grau de cumprimento do nível de reservas exigido	100%		
	Gasolinas	14		
Reservas (*) em substituição dos operadores	Gasóleos	5		
(dias de consumo)	Fuelóleos	30		
	GPL	5		

- (\*) A partir de 2014 passaram a existir somente 3 categorias: Gasolina A; Gasóleo B; Outros C (Fuelóleos e GPL)
  - (1) Evolução do custo unitário de armazenagem (€/TON): relaciona o custo unitário do ano com o custo unitário do ano anterior. Numerador: custo unitário de armazenagem do ano sobre reservas médias. Denominador: custo unitário de armazenagem do ano anterior sobre reservas médias do ano anterior.
- (2) Custo unitário de armazenagem / custo da alternativa base: relaciona o custo unitário de armazenagem da ENMC versus o custo unitário de armazenagem dos produtos tendo como base os custos unitários de armazenagem na Galp. Numerador: custo total de armazenagem expurgando tickets e adicionando seguro de reservas. Denominador: Reservas médias de 2015 da ENMC multiplicado pelo custo unitário médio do ano na Galp.
  - (3) Custo unitário total/custo unitário total da alternativa base: relaciona custos totais (incluindo custo financeiro líquido e imparidade registada em 2015) com o custo total da alternativa base: a Galp. Numerador: custos totais que incluem o custo financeiro líquido e imparidade, registada em 2015. Denominador: custo total de armazenagem das reservas tendo a base Galp mais custo de capital das reservas tendo a base Galp.

Quanto às orientações estratégicas, a ENMC tem vindo a dar-lhes tradução prática ao longo do tempo:

- Adotando uma política de extrema economia, de eficiência e de eficácia;
- Contendo a evolução dos seus custos abaixo da taxa de inflação;
- Equacionando e contratando alternativa nacional para o armazenamento de gasóleo rodoviário (DPNL);



- Consequentemente, contribuindo para a otimização do uso da capacidade nacional de armazenagem;
- Mantendo sempre as reservas exigidas, em quantidade e qualidade;
- Respondendo, sem exceções, a todos os pedidos de operadores para que superem barreiras à entrada no mercado da comercialização de combustíveis;
- Estabelecendo com os operadores do setor procedimentos que permitam responder em
  caso de libertação de reservas ordenada pelas instâncias competentes: procedimentos
  estabelecidos com a GALP, depositária de parte importante das reservas da ENMC.

# O quadro seguinte reflete a situação no que se refere aos indicadores da performance de 2016:

Área de atuação	Indicadores alcançados	2016
	Variação dos gastos de pessoal	50,7%
	Evolução do custo unitário de armazenagem	2,2%
	Custo unitário de armazenagem/custo da alternativa base	83,4%
EFICIÊNCIA	Custo unitário total /custo unitário total da alternativa base	69,8%
	Variação dos gastos de estrutura	61,1%
	Gasto líquido do financiamento	
Prazo médio de pagamentos a fornecedores	PMP	10
Custo de aquisição das reservas/dívida	Reservas a custo de aquisição/Dívida	95,4%
EFICÁCIA	Grau de cumprimento do nível de reservas exigido	100%
	Gasolinas - A	15
Reservas em substituição dos operadores (dias de consumo)	Gasóleos - B	22
·	Outros - C	20

Os indicadores alcançados evidenciam a evolução registada de 2015 para 2016 e a evolução face à alternativa base. O acréscimo verificado no indicador de gastos de pessoal reflete o aumento da massa salarial que decorre da reestruturação empreendida com incremento de novas competências e, necessariamente, do quadro de pessoal. O aumento dos gastos de estrutura (FSE´s que não subcontratos, custos de pessoal mais amortizações) resulta não só do acréscimo de custos com o pessoal como da subida dos gastos com outros FSE´s a que não são alheios o gasto especializado com o contrato de cedência das instalações do DPNL.

O acréscimo do custo unitário de armazenagem (não inclui tickets) decorre sobretudo da renovação dos contratos de armazenagem de reservas estratégicas detidas na Galp que contempla cláusula de atualização de preço em função do IPC do ano anterior.



O terceiro indicador, referente ao custo unitário de armazenagem versus alternativa base, indica 83,4% sendo a diferença, relativamente ao proposto (66%), explicada pelo esbatimento do efeito do custo do crude no exterior já que esse crude foi transferido, em 2014, para a Galp e o efeito de redução do custo unitário no Polnato – caso contrário o indicador resultava em 100%.

O objetivo proposto de 66% fazia sentido quando a ENMC tinha armazenagem fora da Galp (constitui a alternativa base) na medida em que existia produto armazenado na Alemanha e no Polnato. A partir do momento em que o crude armazenado na Alemanha transitou para a Galp este indicador perde sentido.

O quarto indicador que relaciona o custo unitário total com a alternativa base evidencia 69,8% em função dos gastos totais de estrutura relativamente aos gastos totais da alternativa base (Galp) medido pelo custo financeiro das reservas ENMC na Galp (remuneração dos capitais de 6%) e pelo custo de armazenagem das reservas ENMC na Galp.

A variação dos gastos de estrutura cresce para 61,1% devido sobretudo ao incremento do custo com outros FSE's – via acréscimo dos gastos no Polnato - e dos custos com o pessoal, explicado pelo aumento da atividade de fiscalização decorrente do acréscimo de atribuições.

O gasto líquido de financiamento também diminui devido sobretudo à queda do custo financeiro do exercício com o empréstimo obrigacionista a par da manutenção da taxa de juro da aplicação financeira CEDIM de médio-longo prazo de 6,78%.

O PMP indica 10 dias em média, por conseguinte abaixo do limite dos 30 dias de PMP exigidos, **e uma redução de 15 dias face a 2015.** De realçar que a empresa a 31.12.2016 tinha saldo zero na conta de fornecedores. O PMP indicado foi o prazo médio de pagamento durante o 2º semestre de 2016.

O indicador de reservas sobre dívida também evidencia uma maior cobertura que no ano anterior, neste caso devido ao aumento do valor do inventário (reservas) fruto da reversão da imparidade, neste exercício. O nível de dívida mantem-se com o empréstimo obrigacionista.



O grau de cumprimento das reservas é de 100% já que a ENMC cumpre com o que lhe é exigido: 30 dias para Gasolinas, 30 dias para Gasóleos e 30 dias para Outros. Globalmente a ENMC detém 51,7 dias de reservas.

Em substituição dos operadores, a ENMC assegurou os dias, acima indicados, por categoria.

#### 7.2. Gestão do Risco Financeiro e Endividamento

Instruções DGTF

" Da gestão do risco financeiro, e do cumprimento do limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no nº 2 do artº 31º da Lei 7-A/2016, de 30 de Março, com a Retificação nº 10/2016, de 25 de Maio(Lei do Orçamento de Estado para 2016), apurados nos termos das orientações do oficiocircular de instruções para o processo de prestação de contas referente a 2016"

#### Gestão do risco financeiro

A ENMC, E.P.E. deu cumprimento ao disposto no Despacho nº101/2009-SETF, de 30 de janeiro.

A aquisição das reservas estratégicas de produtos petrolíferos, principal ativo da ENMC que representa mais de 88% do ativo total, foi financiada, integralmente, com capitais alheios. A arquitetura da ENMC, consagrada na sua lei fundadora, Decreto-Lei nº339-D/2001 de 28 de dezembro, colocou especial atenção na consistência financeira, prevendo a assunção pelo Estado de eventuais débitos remanescentes em caso de extinção, conferindo, desta forma, suficientes garantias para o recurso ao crédito.

A atividade da URP é financiada com as prestações mensais, que são cobradas aos operadores nacionais do mercado de produtos petrolíferos refinados, as quais cobrem todos os gastos de funcionamento e de financiamento. Tendo em conta as preocupações de manter estas prestações no mais baixo nível possível e a evolução dos fatores de risco a que a atividade da ENMC se acha exposta - taxa de juro de financiamento, preço internacional dos produtos petrolíferos e taxa de câmbio - o Conselho de Administração poderá adotar políticas de proteção contra níveis extremados daqueles fatores de risco, no contexto de conjunturas internacionais adversas, sempre que seja necessário, com o sancionamento das tutelas.

Adicionalmente, é fundamental o reconhecimento do Fundo Estatutário como custo, por forma a criar um nível de reserva que cumpra a sua função, isto é, não recorrer ao mercado de



financiamento caso o estado português decida vender reservas abaixo do preço de custo, podendo, desta forma, recompor seu nível de reservas.

*Endividamento -* Cumprimento dos limites máximos de acréscimo de endividamento (nos termos definidos no nº 2 do artº 31º da Lei 7-A/2016, de 30 de Março, com a Retificação nº 10/2016, de 25 de Maio (Lei do Orçamento de Estado para 2016), apurados nos termos das orientações do oficio-circular de instruções para o processo de prestação de contas referente a 2016"

Em 2016, o crescimento do endividamento foi nulo.

Anos	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos Financeiros (€)	85 410,00	734 260,00	1 592 133,55	1 705 910,00	4 460 550,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,02%	0,20%	0,44%	0,48%	1,22%
EURIBOR 6 meses/média anual (%)	-0,330%	0,05%	0,31%	0,34%	0,83%

Passivo Remunerado (€)	2016	2015	2014	2013	Variação	16/15
rassivo Kelliulierauo (e)		Valores (€)				
Financiamentos obtidos	360.000.000	360.000.000	360.000.000	360.000.000	0	0,0%
dos quais concedidos pela DGTF						
Aumentos de capital por dotação						
Aumentos de capital por conversão de créditos						
Endividamento Ajustado	360.000.000	360.000.000	360.000.000	360.000.000	0	0,0%

## 7.3. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

#### Instruções DGTF

" Evolução do Prazo Médio de Pagamento(PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril e divulgação dos **atrasos nos pagamentos** ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei nº 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição"

A ENMC liquida todas as faturas **antes** do seu prazo de vencimento, estando, neste momento, o Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores, em média nos 10 dias. A diminuição do PMP verificado, em relação a 2015, tem subjacente a implementação de rotinas de aprovação mais céleres desde a chegada da fatura, aprovação até ao pagamento. Foi um esforço significativo



dado o acréscimo no número de transações fruto do relevante acréscimo de atribuições da ENMC. Mantem-se assim o PMP muito abaixo dos 30 dias.

PMP	2016	2015	Var. (% ) 2016/ 2015
Prazo			
(dias)	10	25	-60%

	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65- A/2011 (€)						
Dívidas Vencidas	0.00 dias	90-120	120-240	240-360	> 360		
	0-90 dias	dias	dias	dias	dias		
Aq. de Bens e Serviços	0	0	0	0	0		
Aq. de Capital	0	0	0	0	0		
Total	0	0	0	0	0		

## 7.4. Recomendações do Acionista - Contas de 2015

Instruções DGTF

" As diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2015"

Até à data, não se rececionou a avaliação do Relatório & Contas 2015, pelas tutelas.

A aprovação das Contas de 2014 aprovadas pelo despacho conjunto nº 1160/15 da SET e SEE "recomenda ao Conselho de Administração no sentido de diligenciar para que sejam adotadas medidas que assegurem a redução do prazo médio de recebimentos e que para o Relatório do Governo Societário a apresentar, relativamente ao exercício de 2015, considere o comentário constante no ponto 8.a) do Relatório de análise nº 163/2015 de 23 de Julho de 2015, elaborado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

Foram tomadas um conjunto de iniciativas em 2016, tendo-se reduzido o PMR em 3 dias (2015: 48 dias, 2016:45 dias).

#### 7.5. Remunerações

Apresenta-se em seguida a situação remuneratória dos diversos órgãos sociais no ano 2016 bem como informação sobre as reduções legais aplicadas e as reversões remuneratórias



aplicadas ao Conselho de Administração decorrentes da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro e na Lei 159-A/2015 de 30 de dezembro.

Complementarmente, refere-se que foram aplicadas, também, aos trabalhadores da ENMC, quer as reduções quer as reversões remuneratórias decorrentes da legislação em vigor.

#### Instruções DGTF

## " Das remunerações, designadamente:

Dos órgãos sociais (nos termos do Apêndice1) confirmando a:"

Aplicação das orientações relativas às remunerações, vigentes em 2016

#### 1) Mesa da Assembleia Geral

Não aplicável.

## 2) Conselho de Administração

#### Instruções DGTF

- Não atribuição de prémios de gestão nos termos do artigo 41º da Lei nº 84-B/2014 (LOE2015)
- Aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2015

## a) Designação

	Mandato			Designação		OPRLO		
	(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma	Data	Identificar Entidade	Pagadora	Obs
7/12/20	016-até reorganização	Presidente	Filipe Meirinho	R 2/2017	11-01-2017	n.a	n.a	
26/	1/2012-26/1/2015	Vogal Executivo	José Reis	R 7/2012	26-01-2012	n.a	n.a	
5/7	7/2013-6/12/2016	Presidente	Paulo Carmona	R 17/2013	27-06-2013	n.a	n.a	

#### b) Estatuto do Gestor Público/opção remuneração lugar de origem

O estatuto remuneratório foi fixado em 3 de novembro de 2014, por Despacho-Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado da Energia, na sequência da atribuição da classificação B à EGREP (Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março). O estatuto remuneratório encontra-se explicitado no Capítulo VI – Remunerações, do Relatório do Governo Societário.



Nome	EGP - Remuneração Mensal Fixada - Despacho Conjunto SET - SEE, de 3 de novembro de 2014				
	Fixado	Cl:6:	Valor Mensal Bruto (€)		
	[S/N]	Classificação [A/B/C]	Vencimento Ilíquido	Despesas Representação	
Filipe Meirinho	S	В	4 864,34	1 945,74	
José Reis	S	В	3 891,47	1556,59	

Contudo, atendendo ao artº 256º da Lei nº 83-C/2013, Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, e do artº 18º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de Março, mantém-se as remunerações anteriormente existentes, por conseguinte, as referentes ao mandato 2007-2009 (que se explicitam no quadro infra referido) com as posteriores reduções remuneratórios previstas na legislação em vigor, tal como tinha acontecido até à data da fixação do estatuto remuneratório em 3 de novembro de 2014. Foram aplicadas as correspondentes reduções e reversões remuneratórias previstas no artº 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de Junho, na Lei nº 75/2014, de 12 de Setembro, e na Lei 159-A/2015, de 30 de Dezembro.

Nome	Remuneração Mensal Efetiva com base na aplicação do artº 256º da LOE 2014 e LOE2015				
	Fixado Classificação		Valor Mensal Bruto (€)		
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas	
			Ilíquido	Representação	
Filipe Meirinho	S	В	3.719,08	1.301,68	
José Reis	S	В	3.233,98	970,2	
Nota: EGP - Estatuto do Gestor público;					

#### c) Remuneração anual 2016

Nome	Remuneração Anual (€)							
	Variável (*)	Fixa (**)	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)		
Filipe Meirinho	0,00	3.849,25	3.849,25	171,76	0,00	3.677,49		
José Reis	0,00	56.918,12	56.918,12	5.193,64	778,10	52.502,58		
Paulo Carmona	0,00	67.687,28	67.687,28	9.791,01	878,37	58.774,64		

<sup>\*</sup> Não existe

#### Cálculo das remunerações mensais com base na aplicação do artº 256º LOE2015/LOE2016:

**Presidente** – Remuneração mensal de € 3.719,08, 14 vezes por ano. Despesas de representação de € 1.301,68 mensais, 12 vezes por ano. A estes valores foram aplicadas as reduções previstas nas Lei  $n^{\circ}$  12-A/2010, de 30 de junho, Lei  $n^{\circ}$  83-C/2012, de 31 de dezembro, (OE 2014) e na Lei  $n^{\circ}$ 75/2014, de 12 setembro, o que implica uma redução global de 14,3%.

<sup>\*\*</sup> Remuneração com base na aplicação do art° 256° LOE 2014 e LOE2015 - - Inseriu-se a remuneração + despesas de representação



Gastos com comunicações até € 80 por mês, gastos com portagens e combustível, afetos à viatura de serviço, até € 5.837,28/ ano.

Vogais Executivos - Remuneração mensal de € 3.233,98, 14 vezes por ano. Despesas de representação de € 970,20 mensais, 12 vezes por ano. A estes valores foram aplicadas as reduções previstas nas Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, Lei nº 83-C/2012, de 31 de dezembro, (OE 2014) e na Lei nº75/2014, de 12 setembro, o que implica uma redução global de 14,3%. Gastos com comunicações até € 80 por mês, gastos com portagens e combustível, afetos à viatura de serviço, até €4.669,8/ ano.

#### d) Benefícios sociais

Nome	Beneficios Sociais(€)									
	Sub. Refeição		Regime de Proteção Social		Seguros		Outros			
	Valor/dia (€)	Montante pago/ano (€)	Identificar	Valor (€)	Saúde	Vida	Identificar	Valor		
Filipe Meirinho	4,27	94,52	CGA	410	46,62	Não	Não	n.a		
José Reis	4,27	943,67	Seg. Social	5.775	941,24	Não	Não	n.a		
Paulo Carmona	4,27	798,49	Seg. Social	7.334	739,89	Não	Não	n.a		

#### e) Acumulação de funções

Os membros do Conselho de Administração não exercem funções noutras entidades.

## f) Comunicações móveis

	Gastos com Comunicações Móveis (€)						
Nome	Plafond Mensal Definido (1)	Valor Anual (2)	Observações				
Filipe Meirinho	80,00	17,36 €	Este valor (2) inclui IVA e internet				
José Reis	80,00	985,59€	Este valor (2) inclui IVA e internet				
Paulo Carmona	80,00	1 069,88 €	Este valor (2) inclui IVA e internet				

<sup>(1)</sup> Plafond fefinido para despesas com comunicações nos termos do nºs 3 e 4 do artigo 23º do EGF

#### g) Viaturas

		Encargos com Viaturas										
Membro do CA (Nome)	Viatura atribuída (S/N)	Celeb. de contrato (S/N)	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade (1)	Ano Inicio	Ano Termo	N° Prestações	Valor da Renda Mensal	Valor Anual	N° Prest. Contrat. Reman.		
Filipe Meirinho	S	S	44 933	Aquisição	2013	2017	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		
José Reis	S	S	35 614	Aquisição	2013	2017	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.		

Legenda: (1) aquisição; ALD; Leasing ou outra



Membro do CA	Plafond definido para combustível e Portagens (€)	Gastos	anuais asso	ciados a Viatura	as (€)		Observações
( Nome)	Mensal	Combustível	Portagens	Manutenção	Seguro	Total	
Filipe Meirinho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Estas viaturas também são utilizadas pelos outros colaboradores, quer no âmbito das suas competências especificas,
José Reis	389,15	3 349,41	1 332,86	1 998,42	788,51		quer no âmbito de serviços gerais,
Paulo Carmona	aulo Carmona 486,44	2 606,39	1 149,15	1 253,31	898,92	4 758,62	
						10 894,96	

Refira-se que a ENMC só possui estas duas viaturas não comerciais (possui mais duas viaturas ligeiras comerciais adaptadas para as fiscalizações e recolha de amostras nos postos de combustível) e que, embora no quadro supra se encontrem alocadas ao Conselho de Administração, e tal como referido em observações, as referidas viaturas são utilizadas pelos restantes colaboradores no desempenho das respetivas funções ao serviço da ENMC, E.P.E.

## h) Deslocações e estadas em serviço

Nome	Deslocações	Alojamento	Ajudas de	Ou	tras	Gasto total com
	(€)	(€)	custo (€)	Identificar	Valor (€)	deslocações (Σ) (€)
Filipe Meirinho	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
José Reis	1.238,00	0,00	481,64	Parques/ Lavagens	211,40	1.931,04
Paulo Carmona	17.037,50	3.042,00	2.110,79		137,31	22.327,60



#### 3) Fiscalização

Tal como consta do Capítulo C - Fiscalização, do Relatório do Governo Societário 2016, a ENMC, E. P.E tem como órgãos de fiscalização: o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Instruções DGTF

• Aplicação das orientações relativas às remunerações, vigentes em 2016

O Estatuto Remuneratório do Conselho Fiscal foi definido, em 8 de maio de 2015, através do Despacho-Conjunto da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado da Energia, simultaneamente com a nomeação do novo Conselho Fiscal:

- Presidente: José Azevedo Pereira;
- Vogal Efetivo: Margarida Carla Campos Freitas Taborda;
- Vogal Efetivo: Cristina Maria Pereira Freire;
- Vogal Suplente: Paulo Jorge Rodrigues Mateus.

Contudo, atendendo ao artº 256º da Lei nº 83-C/2013, Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro e artº 18º, da Lei nº 7-A/2016 de 30 de Março, mantém-se as remunerações anteriormente existentes, com as posteriores reduções remuneratórios previstas na legislação em vigor, tal como tinha acontecido até à data da fixação do estatuto remuneratório, em 8 de maio de 2015. O estatuto remuneratório encontra-se explicitado no Capítulo VI – Remunerações, do Relatório do Governo Societário.

Mandato			Desi	gnação		
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma (1)	Data	Estatuto Remuneratório Fixado (mensal/bruto) €	
2015-2017	Presidente	José Azevedo Pereira			1.362,01	
2015-2017	Vogal	Margarida Taborda	Despacho - Conjunto		1.021,51	
2007-2009 2015-2017	Vogal	G. 15 c. 1 a . 1 c . 1 c	tutelas Finanças e Energia	08-05-2015	1.021,51	
2015-2017	Suplente	Paulo Mateus			0,00	

Legenda:

(1) indicar AG/DUE/Despacho

Nota: Até à presente data, ainda não foram concretizadas as devidas reversões remuneratórias

(\*) Com referência à data do Despacho (12/2009) considera-se que a Drª Cristina Freire só exerceu 1 mandato (2007-2009) e em seguida a Vogal manteve-se em funções no anterior CF, pois não houve mais nenhum despacho de nomeação até ao Despacho de 8 de maio de 2015



#### a) Conselho Fiscal

		Remuneração Anual (€)						
Nome	Estatuto Remuneratório Bruto(1) F Fixado		Reduções Remuneratórias	Reversão Remuneratória	Valor Final (4) = (1)-(2)+(3)			
			(2)	(3)	(1) (1) (2)			
José Azevedo Pereira	19,068.14	14,058.10	1351.35	n.a.	12,706.75			
Margarida Taborda	14,301.14	10,543.54	846.79	n.a.	9,696.75			
Cristina Freire	14,301.14	10,543.54	743.27	n.a.	9,800.27			

<sup>(1)</sup> Com base na remuneração anterior à fixação do estatuto remuneratório e que se mantém atendendo à cláusula "travão" - artº 256º LOE

Nota: Até à presente data, ainda não foram concretizadas as devidas reversões remuneratórias

#### b) Revisor Oficial de Contas - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Mandato	CDO C		lden	tificação SROC/RO	С		Desi	gnação	N° de anos de
(Início - Fim)	SROC	Nome	Cargo	N° de Inscrição na OROC	N° Registo CMVM	Forma	Data	Data do Contrato	funções exercidas na sociedade
	Moore	António Monteiro	ROC efetivo (ver nota 1)	382	20160109	Despacho	7/7/2016	Inexistente	8 (ver nota 2)
2015-2017	Stephens &Associados	Ana Monteiro Varela	ROC Suplente (ver nota 1)	1418	20161028	Despacho	7/7/2016	Inexistente	1

Nota 1: A Moore Stephens & Associados, SROC, S.A., representada pelo Dr. António Gonçalves Monteiro, foi nomeada como ROC efetivo da ENMC, através de Despacho do então Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, para acompanhar o mandato do Conselho Fiscal em curso (2015-2017) e procedeu à revisão legal das contas de 2015. Em virtude da rotação do representante da SROC nomeada, aquela sociedade passou a ser representada pela Dra. Ana Patrícia Correia Monteiro Varela, no desempenho das funções de ROC efetivo da ENMC, a partir de 8 de março de 2017, que procedeu à revisão legal das contas de 2016

Nota 2: A Moore Stephens & Associados, SROC, S.A., representada pelo Dr. António Gonçalves Monteiro, procedeu à revisão das contas da ENMC até 2015 (8 anos), sendo que até 2014 exerceu essas funções enquanto auditor externo (7 anos), e em 2015 enquanto auditor externo e ROC (1 ano).

De acordo com o Despacho, a remuneração anual liquida da SROC é a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre esta e o Conselho de Administração da ENMC com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração mensal ilíquida atribuída nos termos legais ao Presidente do Conselho de Administração da ENMC, E.P.E.



Contudo, atendendo ao artº 256º Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (*Vigência de normas dependentes do procedimento por défices excessivos*) o Conselho de Administração manteve as remunerações anteriormente existentes, com as posteriores reduções remuneratórios previstas na legislação em vigor, tal como tinha acontecido até à data da fixação do estatuto remuneratório, em 3 de novembro de 2014.

Neste contexto, os honorários da SROC têm o limite infra referido, enquanto se mantiver a prorrogação da vigência das normas dependentes do procedimento por défice excessivo, conforme quadro infra:

#### c) Auditor Externo

Identific	cação do Auditor E	xterno	Data da	Duração do	N.º de anos de funções exercidas na sociedade	
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N° CMVM	Contratação	Contrato		
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	173	20161476	17/03/2017	2016 e 2017	1 (ver nota)	

Nota: A Moore Stephens & Associados, SROC, SA, representada pelo Dr. António Monteiro, executou o exame às contas da empresa até 2015 (8 anos de exercício de funções). Relativamente ao exercício de 2016 a mesma SROC passou a ser representada pela Dra. Ana Monteiro Varela (1 ano de exercício de funções).

Mandato	Identifica	ção SRO	C/ROC	Rer	nuneração a	nual (€)	N° de
(Início - Fim)	SROC	N° OROC	N° Registo CMVM	Limite Fixado	Contratada (a)	Limite decorrente do art° 256° LOE2015	Mandatos exercidos na sociedade
2015-2017	Moore Stephens &Associados	173	20161476	13 556,05		12 878,25	1

1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento das dessas funções:

Auditor Externo: MOORE STEPHENS & Associados, SROC SA, representada pela Dr<sup>a</sup> Ana Patrícia Monteiro Varela, ROC 1418, registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários com o nº 20161028. Tal como referido em epígrafe o auditor não é um órgão social, nem a sua nomeação está prevista nos Estatutos, tão só é uma prestação de serviços.



- 2. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita:
  - O auditor externo foi contratado pelo período de 3 anos (2015 2017) devendo ser promovida a sua rotação com a designação de novo ROC para auditar as contas do exercício de 2018.
- 3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio:

Não existem.

4 Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade:

Valor anual relativo a prestação de serviços de" Auditoria Externa	8.333 €	1009
Valor dos serviços de consultoria fiscal	[€]	[%]
Valor de outros serviços que não revisão de contas	[€]	[%]
Total pago pela empresa à SROC	[€]	1009
Por entidades que integrem o grupo (inclui contas individuais e consolidadas)		
Valor dos serviços de revisão de contas	[€]	[%]
Valor dos serviços de consultoria fiscal	[€]	[%]
Valor de outros serviços que não revisão de contas	[€]	[%]

## 7.6. Complemento de Pensões

Instruções DGTF

"Suspensão do pagamento do complemento de pensões, nos termos do nº 3 do artigo 78º da Lei nº 82-B/204, de 31 de dezembro, pelas empresas que tenham apresentado resultados líquidos negativos nos últimos três exercícios." Não aplicável, pois a ENMC não paga quaisquer complementos de pensão.

## 7.7. Estatuto do Gestor Público (artº 32º)

Instruções DGTF

- "Da aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:
  - À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
  - O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal"

Conforme o disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, em 2016, os membros do Conselho de Administração da ENMC, E.P.E. não utilizaram cartão de crédito ou outros instrumentos de pagamento para realização de despesas ao serviço da empresa, nem lhes foi efetuado qualquer reembolso de despesas de representação pessoal.



## 7.8. Despesas não documentadas

Instruções DGTF

"Da aplicação do disposto no nº2 do artigo 16º do RJSPE e do artigo 11º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais"

Não aplicável, pois a ENMC, nunca realizou despesas não documentadas ou confidenciais

#### 7.9. Relatório sobre Remunerações

Instruções DGTF

"Da elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março"

A ENMC, E.P.E., durante o ano de 2015, na sequência da conclusão da fase de reestruturação decorrente das novas competências que lhe foram cometidas, procedeu à constituição da sua equipa de colaboradores, que se concluiu em 2016. Contudo, enquadrou, maioritariamente, os recursos humanos que vieram das entidades das quais foram transferidos as novas competências.

Conforme se poderá depreender do exposto, não houve muita margem para implementar um Plano de Igualdade no que concerne à maior igualdade de género e salarial. Contudo, durante o ano de 2016, realizou-se o *Relatório Sobre Remunerações pagas a mulheres e homens* conforme determina o nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 18/2014, de 7 de março, não obstante pode-se, desde já, referir que, em 2016, no quadro de pessoal da ENMC:

- ✓ regista-se um rácio de cerca de 44% de mulheres no universo dos 34 colaboradores existentes (incluindo o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal), ou seja, uma variação quase nula face ao valor registado no ano anterior;
- ✓ no quadro de pessoal, tendo subjacente o universo suprarreferido, 55% dos quadros superiores são mulheres e, no que concerne aos quadros médios, a preponderância é de homens (78%);
- ✓ verifica-se que a média das remunerações globais pagas a mulheres é 11% inferior à média das remunerações globais pagas aos homens. Contudo, essa relação inverte-se se não se considerarem, nesse universo, os órgãos sociais (CA e CF), sendo, nesse caso, a média das remunerações pagas às mulheres superior em 8% às remunerações pagas aos homens.

Contudo no último semestre de 2016 estruturou-se o referido Plano.



## 7.10. Contratação Pública

#### *Instruções DGTF:*

• Indicações sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2016

A ENMC, enquanto E.P.E., está sujeita ao regime de Contratação Pública, excetuando as referentes a aquisições de petróleo e produtos de petróleo no mercado internacional pela ENMC, E.P.E., na prossecução dos interesses essenciais do Estado de constituição de reservas Estratégicas, conforme previsto no nº 6 do artigo 20º dos Estatutos da ENMC, E.P.E.

Assim, foram efetuadas diversas contratações – 26 - ao abrigo deste regime, das quais se destacam, entre outros, aquisição de serviços de consultoria para:

- ✓ Prestação de Serviços de Apoio à Gestão do DPNL (PolNato),
- ✓ Empreitada para verificação do oleoduto DPNL BA6,
- ✓ Implementação de novas funcionalidades no Balcão único eletrónico: registo e cadastro de todos os operadores do SPN (Sistema Petrolífero Nacional);
  - o Templates de registo mensal de atividade
  - o Funcionalidades de comunicação e notificação
  - Reporte das obrigações de incorporação de biocombustíveis e de introduções ao consumo para cálculo das obrigações de constituição de reservas
  - Desenvolvimento de ferramenta de auditoria de dados registados no balcão único, assegurando a publicação periódica de estatísticas do setor
- ✓ Desenvolvimento de aplicação móvel "PORTUGAL ENERGIA"
- ✓ Implementação de ERP (*Entreprise Resource Planning*), por forma a permitir o duplo reporting em SNC-IFRS e SNC-AP
- ✓ Automatização de cálculo e publicação de preços de referência,
- ✓ Análise da qualidade dos combustíveis,
- ✓ Estudos de investigação científica na área jurídica,
- Indicação da existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se o mesmo é objeto de revisão periódica, com referencia à última atualização:

Os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços observam as normas do CCP e dos princípios da boa gestão.

Indicação de quais os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€.
 Não aplicável, pois não se verificaram.



## 7.11. Relatório anual sobre prevenção da corrupção

*Instruções DGTF:* 

"Da elaboração e divulgação do relatório sobre prevenção da corrupção conforme disposto no nº1 do artigo 46º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro"

Atendendo ao processo de reestruturação da ENMC, durante o ano de 2016 estruturou-se um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações.

## 7.12. Sistema Nacional de Compras Públicas

Instruções DGTF:

 Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Não aplicável, embora a ENMC seja aderente voluntária do SNCP.

#### 7.13. Frota Automóvel

*Instruções DGTF:* 

Medidas tomadas no âmbito da frota automóvel relativamente às orientações previstas nas alíneas a) e b) do nº 3 do artº 96 do DLEO 2016, complementadas com os Despachos nº 1182/13-SET, de 12 de Junho (comunicado através do ofício circular nº 4238, de 1 de Julho no nº 4 do artº 61º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, complementadas com os Despachos nº 1182/13-SET, de 12 de junho, (comunicado através do Oficio-circular nº 4238, de 1 de julho) e Despacho nº 1668/13-SET, de 6 de setembro (comunicado através do Oficio-circular nº 7408, de 2 de dezembro)

A frota automóvel da ENMC, E.P.E. resume-se a quatro viaturas:

- ✓ 2 viaturas de serviço (ligeiras) para toda a empresa, tendo as mesmas sido substituídas em 2013, através de contratação via acordo Quadro ESPAP, aprovada pelo Despacho nº 1996/12-SET de 9 de dezembro de 2012;
- ✓ 2 viaturas ligeiras de mercadorias adquiridas em 2015, sancionadas pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro na sequência de parecer positivo excecional da ESPAP, de 13 de maio de 2015, atendendo aos motivos invocados pela ENMC e que decorrem da necessidade de dispor de duas viaturas ligeiras comerciais para transportar a equipa técnica constituída por 4 elementos da ENMC, que de uma forma integrada, racionalizando e otimizando os meios técnicos e logísticos, desenvolveu as competências que lhe foram atribuídas no âmbito do ponto xii) da alínea a) do artigo 19º-B dos Estatutos e as que decorrem da Lei nº 6/2015, de 16 de janeiro. Estas viaturas tiveram que ser adquiridas para poderem ser



adaptadas a fim de permitir efetuar as auditorias e realizar as recolhas das amostras nos postos de combustível de forma adequada e enquadrada pela respetiva legislação.

Designação	2016	2015	2014	2013	2012
	2010	2013			
N° de Veiculos	4	4	2	2	2

## 7.14. Medidas de redução de gastos operacionais

## *Instruções DGTF:*

"Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artº 96º do DLEO 2016, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos. o eventual não cumprimento das orientações e objetivos definidos. Atente-se que, no caso das empresas com EBITDA positivo, a redução do peso dos gastos operacionais (CMVMC+ FSE+ Gastos com Pessoal) no volume de negócio é aferida face ao exercício anterior."



								Unidade: €	
B			Exec	cução		Var. 2016/	/2015	Var. 2016	5/2010
Designação	META	2016 Exec.	2015 Exec.	2014 Exec.	2010 Exec.	Valor	%	Valor	%
(0) EBITDA		107 688 836	-83 906 415	-25 968 669	-23 095 504	191 595 251	-228%	130 784 340	-566%
(1) CMVMC		0	0	23 003 723	0	0		0	
(2) FSE		16 699 341	15 797 148	23 387 473	20 011 969	902 192	6%	-3 312 628	-17%
(3) Gastos com pessoal		1 542 098	1 023 513	356 235	281 279	518 585	51%	1 260 819	448%
(4) Indemnizações pagas por rescisão		0	16 493	0	0	-16 493	-100%	0	
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias		1 656	2 371	0	0	-714	-30%	1 656	
(6) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	Redução em 15% face a 2010	18 239 782	16 801 798	46 747 431	20 293 248	1 437 984	9%	-2 053 465	-10%
(7) VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)		24 330 892	24 562 070	79 747 034	32 020 194	-231 178	-1%	-7 689 302	-24%
(8) Peso dos Gastos/VN (6)/(7)	Redução face a 2015	75%	68%	59%	63%	0	10%	0	18%
Gastos com Comunicações (FSE)	ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	32 338	19 267	7 547	7 090	13 071	68%	25 248	356%
Gastos com Deslocações/Alojamento (FSE)	ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	55 223	41 056	22 665	5 488	14 167	35%	49 735	906%
Gastos c/ Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	ao ano de 2014 ou 2015 (o que apresentar menor valor)	30 876	14 221	2 153	625	16 655	117%	30 250	4837%
N° Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		34	31	13	7	3	10%	27	386%
Nº Orgãos Sociais (OS)		3	3	3	3	0	0%	0	0%
Nº Cargos de Direção (CD)		2	2	2	2	0	0%	0	0%
Nº Trabalhadores (sem OS e sem CD)		29	26	8	2	3	12%	27	1350%
Nº Trabalhadores/Nº Cargos de Direção		14,5	13,0	4,0	1,0	2	12%	14	1350%
№ de Viaturas		4	4	2	2	0	0%	2	100%
Gastos com viaturas (€)		52 035	33 905	10 443	n.a.	18 130	53%		

(\*) Os únicos cargos de direção são os do Conselho de Administração (CA)

No quadro global suprarreferido, obtém-se que os Fornecimentos e Serviços Externos diminuíram 17% face a 2010, devido sobretudo à diminuição do gasto com a armazenagem que advém da necessidade de alienar em 2013 313,5Ktons de crude, para liquidar o derivado, reservas estas compensadas pela mesma quantidade de *tickets* o que representa um custo consideravelmente inferior. Por outro lado, face a 2015, aumentaram 9%, devido principalmente aos outros FSE´s relacionado com um acréscimo de gasto relacionado com um acréscimo de custos com operação e manutenção no Polnato.

Os gastos operacionais (6) evidenciam uma diminuição face a 2010 de 10% devido sobretudo à redução dos FSE´s. Relativamente a 2015 regista-se um aumento de 8% devido ao acréscimo



verificado tanto nos gastos com FSE's (+6%) como nos gastos com o pessoal (+51%). Não há redução do peso dos gastos operacionais relativamente a 2015 pelos motivos amplamente explicitados e que se prendem com o acréscimo de competências e atividade nomeadamente ao nível da fiscalização. Em relação a esta última rubrica regista-se um acréscimo de 448% face a 2010 e 51% face a 2015 justificados pelos seguintes motivos:

- Desde 2013 o acréscimo substancial de gastos com recursos humanos deve-se ao aumento significativo de competências atribuídas à ENMC que decorrem da completa operacionalização do Decreto-Lei nº 165/2013, de 16 de dezembro, e da publicação da Lei nº 6/2015, em 16 de janeiro, bem como da plena operacionalização do Decreto-Lei nº 31/2006, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 244/2015, de 19 de outubro, e que enquadra<sup>4</sup> o Sistema Petrolífero Nacional (SPN). Nesse concernente houve efetiva necessidade da ENMC dotar-se de um corpo técnico que respondesse, de uma forma técnica, profissional e muito operacional, a estas novas áreas de negócio.
- Aumento das ajudas de custo (+117% de 2015 para 2016) motivadas pelo incremento de deslocações técnicas (justificam aumento da rubrica deslocações e estadas, +35% de 2015 para 2016), quer em território nacional, quer no estrangeiro, principalmente realizadas no âmbito da atividade da UPP, a unidade funcional cuja operacionalidade exige o acompanhamento/supervisão direto dos operadores do SPN por todo o território nacional, através das colheitas de amostras de combustível.

O aumento de recursos humanos refletiu-se necessariamente no acréscimo de gastos com:

- Viaturas, cujo aumento de 2015 para 2016 atingiu os 53% (em número passou de duas em 2010 para quatro em 2016);
- Comunicações com a variação de 68% de 2015 para 2016.

Este aumento dos recursos humanos, está detalhado no quadro seguinte:

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> A revisão das regras de organização e funcionamento do Setor Petrolífero Nacional visou introduzir maior transparência e monitorização sobre as várias atividades desenvolvidas neste setor económico: desde o armazenamento e transporte de produtos petrolíferos, à distribuição e comercialização de combustíveis no território nacional continental.



Quadro de Pessoal	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Número de RH sem órgãos sociais	3	3	3	3	8	26	29
Número de cargos dirigentes sem O.S.	0	0	0	0	0	0	0
Número de órgãos sociais:							
Conselho de Administração	2	2	2	2	2	2	2
Conselho Fiscal	3	3	3	3	3	3	3
Gastos totais com pessoal	281 279	237 646	222 041	335 305	356 235	1 023 513	1 542 098
Gastos com Órgãos Sociais	181 768	152 400	143 602	190 071	175 353	188 604	189 488
Gastos com Dirigentes	0	0	0	0	0	0	0
Gastos com RH sem O.S. e sem Dirigentes	99 511	74 046	78 439	93 721	180 882	818 416	1 352 610
Rescisões / Indemnizações (€)	0	11 200	0	51 513	0	16 493	0

## 7.15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

*Instruções DGTF:* 

De acordo com o Despacho nº 1685/2015-SET, de 30 de setembro, da Senhora Secretária de Estado do Tesouro, foi autorizada, a título excecional, a dispensa de UTE para o contrato celebrado com a Caixa BI.

O quadro abaixo refere as disponibilidades existentes na banca comercial, que se resume a sados em conta à ordem sem remuneração:

Banca comercial	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Banca Comerciai	€	€	€	€
Cx BI	7 502,45	7 502,45	7 502,45	7 502,45
CGD	9 515,38	6 677,16	24 256,37	15 156,21
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

Estes valores à ordem utilizados na CGD têm a finalidade colmatar serviços não disponibilizados pelo IGCP ou disponibilizados de forma deficiente como sejam: levantamento mensal de fundo fixo de caixa (IGCP não dispõe de balcões para levantamento de cash), pagamento de referências multibanco de serviços estado, fundos compensação, eventuais coimas entre outros.

<sup>&</sup>quot;Do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 28º do RJSPE e artº 86º da Lei nº 7-A/2016 de 30 de Março.



## 7.16. Recomendações de Auditorias do Tribunal de Contas

*Instruções DGTF:* 

"Adicionalmente deverão ser divulgadas as recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como as medidas tomadas na sua adoção e respetivo resultado"

Da auditoria ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado realizada em 2010, Processo nº 8/2010-Audit, relatório nº 34/2010-2ªS, não resultou qualquer recomendação.

## 7.17. Informação Site do SEE

*Instruções DGTF:* 

"Deverá, ainda, ser preenchido o quadro infra relativo à informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2016 no site do SEE"

A 31 de dezembro de 2016, toda a informação indicada encontrava-se no *site* SEE, ressalvando-se a referente ao R & C 2015, pois, até à data, ainda não foi aprovado pelas tutelas.



	Divu	lgação	
Informação a constar no Site do SEE	S/N/N.A.	Data Atualiz.	Comentários
Estatutos	S	2015	
Caraterização da empresa	S	2015	
Função de tutela e acionista	S	2015	
Modelo Governo /Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos órgãos sociais	S	2015	
Estatuto remuneratório fixado	S	fev/15	Data da receção da comunicação da
Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais	S	fev/15	
Identificação das funções e responsabilidaes dos membros do CA	S	2015	
Apresentação das sinteses curriculares dos membros dos Órgaos Sociais	S	2015	
Esforço Financeiro Público	S	fev/15	Com base na data de comunicação
Informação Financeira histórica e atual	S	fev/15	da aprovação R & C 2014.
Ficha Sintese	S	2015	
Principio de Bom Governo		2015	
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	2015	
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	S	2015	
Outras transacções	S	2015	
Análise da sustentabilidade nos domínios:			
Económico	S	2015	
Social	S	2015	
Ambiental	S	2015	
Avaliação do cumprimento dos PBG	S	2015	
Código de Ética	S	2015	

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável



# 7.18. Quadro-resumo: Cumprimento das obrigações legais

No âmbito do presente capítulo apresenta-se quadro-síntese relativo ao cumprimento das diversas orientações emitidas pela DGTF, detalhadas nos pontos anteriores.

Cumprimento das Orientações legais		prim	ento	Quantificação/ Identificação	Justificação/ Referência ao ponto do Relatório		
	S	N	N.A.	Camenicação, identinicação			
Objectivos de Gestão/ Plano de Atividades e Orçamento:     Advance alitica de acceptair oficialismos efficientes			Х	100%			
Adotar política de economia, eficiência e eficácia	X			100%			
Conter os custos abaixo da inflação  Equacionar alternativa nacional para armazenamento de gasóleo	X			100%	Não se acham definidos objetivos. Os indicados referem-		
Contribuir para a otimização da capacidade de armazenagem nacional	Х			100%	se ao período 2008-2009 e que o CA tem vindo a utilizar desde 2012		
Manter as reservas exigidas, em quantidade e qualidade	X			100%	desde 2012		
Responder a todos os pedidos de operadores para apoio na constituição de reservas  Estabelecer com os operadores procedimentos para libertação de reservas em emergência	X			100%			
Gestão do Risco Financeiro	^	х					
Limites de Crescimento do Endividamento	Х			0%	Não houve aumento de endividamento		
Evolução do PMP a fornecedores				10 dias	Houve um esforço de pagamento das faturas de		
	Х				fornecedores dentro dos prazos previstos		
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	Х			0 €	O acionista ainda não aprovou as contas referentes a		
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			Х		2015		
Remunerações:	x			North form and the dec			
Não atribuição de prémios de gestão nos termos do artº 41º da Lei nº 82-B/2014				Nunca foram praticados Redução de 18.097,82 € e			
Orgãos Sociais - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			reversão de 1.656,47 €			
ROC - redução e reversões remuneratórias nos termos do artº 75º da Lei nº 82-B/2014	Х			Redução 677,80			
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2016	Х						
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artº 38º da Lei nº 82-B/2014	Х			Reversão de 8.409,14€			
Complementos de Reforma - nº 3 do artigo 78º da Lei nº 82-B/2014							
Suspensão do pagamento de compolemento de reforma			x		Não existe qualquer enquadramento para esta situação		
Artigo 32° do EGP			^				
Não utilização de cartões de crédito	x				Não existem cartões de crédito		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Não existem reembolsos deste tipo despesa		
Despesas não documentadas - nº 2 do artigo 16º do DL nº 133/2013							
Proibição de realização de despesas não documentadas	Х				Nunca foram efetuadas		
Promoção da Igualdade salarial entre mulhers e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014					Em 2015, atendendo ao nº de trabalhadores existente, não se justificou a realização de um Plano especifico		
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens		х			nessa matéria. Contudo, durante o ano de 2016, estruturou-se o Relatório Sobre Remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n° 2 da		
Contratação Pública							
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x				A ENMC, está sujeita ao regime de Contratação Pública, excetuando as referentes a aquisições de petróleo e produtos de petróleo, conforme previsto no nº 6 do artigo 20º dos Estatutos da ENMC, E.P.E.		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas			Х	Não aplicável	Foram efetuadas diversas contratações ao abrigo do CCP		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			х	Não aplicável	Só são a partir de 5.000.000 €. A ENMC não recebe		
Prevenção da Corrupção - nº 1 do artigo 46° do DL nº 133/2013					transferências do OE Em 2015, atendendo ao nº de trabalhadores existente,		
Elaboração e divulgação do Relatório Anual		x			não se justificou a realização de um sistema de controlo específico nesta área. Entretanto, durante, 2016		
Auditorias do Tribunal de Contas		^	x	Não houve auditorias	estruturou-se um Plano de Prevenção de Riscos de		
Parque Automóvel			^	INAU HOUVE AUGICUI IAS	Acordo-Quadro ESPAP: Aquisição de 2 viaturas comerciais		
N° de viaturas	x			A ENMC detém 4 viaturas - 2016	ligeiras, em 2015, para a colheitas de amostras de combustível- sancionadas pela Sra SET na sequência de		
N de viaturas	^			A ENMC determ 4 viaturas - 2016	parecer positivo excecional da ESPAP, de 13 de Aumentaram 53% face a 2015, atendendo à implementação		
Gastos com viaturas	х			52 035 €	das equipas operacionais que efetuam as colheitas/auditorias aos postos de combustíveis no		
Gastos Operacionais das Empresas Públicas ( artigo 60° da Lei n° 82-B/2014)				Aumentaram 51% e 448% em 2016,	este valor deve-se ao processo de reorganização na		
Gastos com pessoal		х		face a 2015 e 2010, respetivamente	sequência da transferência de novas competências para a ENMC e que implica a constituição de uma equipa para as		
Fornecimentos e Serviços Externos	х			Os Fornecimentos e Serviços Externos em 2016: +6% face a 2015 e -17% face a 2010	Esta aumento relativamente a 2015 tem a ver com outros fse 's especializados decorrentes com contrato de cedência das instalações do DPNL. A redução relativamente a 2010 deve-se à redução do gasto com		
Redução de Trabalhadores ( artigo 60° da Lei n° 82-B/2014)					aramazenagem de reseravs e tickets contratados.		
N° de trabalhadores ( sem Órgãos Sociais)		х		O número de efetivos é de 29			
N° de cargos dirigentes			х	Nao ha cargos dirigentes para além do CA (2) que se manteve igual a 2015			
Principio da Unidade de Tesouraria ( artº 125º da Lei nº 82-B/2014/ artº 28º do DI nº 133/20	013)				Despacho nº 1685/2015-SET, de 30 de setembro, da Senhora SET, autorizada, a título excecional, a dispensa de UTE para o contrato celebrado com a Caixa Bi		
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	x			yy, y4% aisponibilidades depositadas no IGCP em 31 de	A percentagem em 2015 situava-se na mesma ordem : 99,5%		
Juros auferidos em incumprimento e entregues em Receita do Estado				INFORMATION //116			
		Ь			Dágina 66		



#### 8. Análise Económica - Financeira

## 8.1. Análise da Conta de Exploração

Os gastos do Gabinete de Apoio (antigos Serviços Partilhados), engloba: Orgãos estatutários, áreas Financeira, Administrativa e Jurídica, tendo sido utilizada a seguinte chave de repartição durante 2016:

URP: 93% UPP: 4% UPEP: 2,6% UBC:0,4%

Esta repartição teve como base a estrutura de custos diretos de cada uma das unidades comparativamente com a estrutura de gastos global. A este propósito informa-se que foram equacionados outros critérios para a definição desta chave de repartição no sentido de alocar os gastos transversais à organização de forma proporcional tendo sido cogitados critérios como: horas de trabalho para cada unidade (pouco prático e difícil de contabilizar), proveitos de cada unidade (pouco adequado porque temos unidades que não faturaram como a UPP que utilizam serviços do gabinete de apoio), espaço ocupado pelos colaboradores do Grupo de Apoio em cada unidade (pouco adequado). Os critérios discutidos revelaram-se pouco adequados ou não práticos pelo que se optou pela estrutura de gastos diretos de cada unidade no gasto total.

#### 8.1.1. Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

#### Rendimentos Operacionais

	2016		Real	(1)/	<b>(2)</b>	(1)/(3)	
	Real	Orç.	2015	(1)/	(2)	(1)/(3)	
(K€)	(1)	(2)	(3)	Valor	Δ%	Valor	Δ%
Venda de Reservas	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	
Prestações de serviços (reservas estratégicas)	23 609,1	22 221,6	23 546,0	1 387,5	6,2%	63,1	0,3%
Outros rendimentos e ganhos	794,1	727,2	711,7	66,9	9,2%	82,3	11,6%
TOTAL	24 403,1	22 948,7	24 257,7	1 454,4	6,3%	145,4	0,6%

Em termos de proveitos assinala-se:

- Em 2016 a ENMC não procedeu à venda de reservas;
- A prestação de serviços regista um desvio orçamental favorável de cerca de 1,4M€
   (+6,2%) na medida em que assegurámos aos operadores um conjunto de reservas
   superior à média anual orçamentada (foram cedidos mais tickets aos operadores);
- A rúbrica Outros rendimentos e ganhos reflete os juros de aplicações financeiras (710K€), reclassificadas, de acordo com o normativo contabilístico em vigor, valor esse



próximo do orçamento e do ano anterior e ganhos de exercícios anteriores no montante de 83,4K€ designadamente composto por ganhos associados à poupança obtida com juros de reestruturação dos planos prestacionais em PERES (73K€), do exercício de 2015.

#### Gastos Operacionais

No que respeita aos gastos operacionais:

	20	16	Real	(4)/	(2)	(1)	//2\
	Real	Orç.	2015	(1)/(2)		(1)/(3)	
(K€)	(1)	(2)	(3)	Valor	Δ%	Valor	Δ%
Custo das reservas vendidas	0,0	0,0	0,0				
Subcontratos (armazenagem+tickets)	13 203,1	17 347,7	13 598,3	-4 144,6	-23,9%	-395,2	-2,9%
Outros FSE's	2 336,0	1 764,9	1 440,0	571,1	32,4%	896,0	62,2%
Custos c/Pessoal	886,7	897,3	544,8	-10,6	-1,2%	341,8	62,7%
Amortizações	89,1	144,4	32,5	-55,3	-38,3%	56,6	174,1%
Provisões para impostos	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	
Perdas por imparidade (inventário)	-107 691,7	0,0	85 320,0	-107 691,7		-193 011,7	-226,2%
Quebras	52,0	0,0	24,3	52,0		27,7	114,2%
Fundo Estatutário	7 517,6	2 017,6	7 801,7	5 500,0	272,6%	-284,1	-3,6%
Outros Custos	186,2	0,0	60,0	186,2		126,2	210,4%
Total custos operacionais	-83 421,1	22 171,9	108 821,6	-105 593,0	-476,2%	-192 242,6	-176,7%

Como principais desvios orçamentais registados nos custos da URP, em 2016, podem-se destacar:

- ✓ A rubrica de subcontratos que inclui o custo de armazenagem de crude e de produtos petrolíferos e a aquisição de tickets, apresenta um desvio orçamental favorável cerca de 4,1M€, devido principalmente:
  - o a armazenagem das reservas físicas incluiu a orçamentação de um gasto suplementar em manutenção e segurança das instalações do Polnato no montante de 1,6M€ mais a renda de 395K€, dos quais foi apenas contabilizado um gasto de 193,7K€ de renda do 1º semestre mais a especialização de metade das contrapartidas (552,4K€) no 2ºsemestre (considerando que o auto de cedência da administração direta do Polnato se iniciou em 01/07/2016). Daqui resulta um desvio favorável de cerca de 1,3M€. Esta matéria está a ser alvo de análise pelo Tribunal de Contas;
  - o a aquisição de tickets ascendeu a cerca de 1,2M€ face a 2,3M€ orçamentados tendo em conta que se adquiriram um volume médio de tickets de 248Kton/mês a um



- custo médio de 0,40€/ton/mês por contrapartida do orçamento de um volume médio de 190Kton/mês a um custo médio de 1,00€/ton/mês;
- o não realização da rotação do gasóleo do polnato orçado em 1,5M€, no entanto já se verifica alteração de densidades nalgumas situações (Tks 3.1, 3.3, 3.5 a 3.10), conforme referido nos quadros infra:

#### **DEZEMBRO 2016**

	TK'S									
Tests	2,1	2,2	2,3	2,6	2,8	3,1	3,2	Limits		
Density 15ºC (Kg/m3)	838,4	834,5	842,0	833,1	832,8	841,1	835,9	820.0 - 845.0		
Water Karl Fisher (% m/m)	0,006	0,005	0,006	0,005	0,005	0,005	0,005	0.020 Max		
Rec at 250℃ (% v/v)	32,1	33,6	33,1	34,9	34,4	35,2	33,7	< 65		
Rec at 350ºC (% v/v)	92,4	93,3	93,1	93,9	93,6	94,2	93,9	85 Min		
95% recovered (º C)	358,2	356,0	357,2	354,1	355,0	352,7	354,0	360.0 Max		
Total Contamination (mg/Kg)	<12.0	<12.0	<12.0	<12.0	<12.0	<12.0	<12.0	24 Max		
Oxidation Stability (g/m3)	17	10	3	7	8	6	4	25 Max		

		TK'S									
Tests	3,3	3,4	3,5	3,6	3,7	3,8	3,9	Limits			
Density 15°C (Kg/m3)	843,2	836,1	842,7	843,1	843,1	844,5	842,9	820.0 - 845.0			
Water Karl Fisher (% m/m)	0,005	0,005	0,006	0,005	0,005	0,005	0,005	0.020 Max			
Rec at 250ºC (% v/v)	29,9	33,6	34,8	26,4	26,1	30,7	31,2	< 65			
Rec at 350ºC (% v/v)	92,5	93,6	95,1	93,0	92,6	93,2	93,3	85 Min			
95% recovered (º C)	357,5	355,0	349,5	356,4	357,6	355,9	355,6	360.0 Max			
Total Contamination (mg/Kg)	<12.0	<12.0	<12.0	<12.0	<12.0	<12.0	<12.0	24 Max			
Oxidation Stability (g/m3)	5	8	8	13	8	7	3	25 Max			

	TK'S		Linhas								
Tests	3,10	(14") GC	(14") DO	Zona 3/2 (16")	Zona 2/1 (20")	Zona 3/2 (28")	Zona 2/1 (28")				
Density 15ºC (Kg/m3)	842,9	838,6	835,2	843,2	843,2	838,6	838,5	820.0 - 845.0			
Water Karl Fisher (% m/m)	0,006	0,005	0,005	0,006	0,006	0,006	0,006	0.020 Max			
Rec at 250℃ (% v/v)	31,8	32,7	33,5	22,6	22,4	33,5	33,2	< 65			
Rec at 350℃ (% v/v)	93,0	92,2	93,3	92,3	92,3	92,4	92,3	85 Min			
95% recovered (º C)	356,8	358,4	355,9	359,0	359,0	357,9	358,7	360.0 Max			
Total Contamination (mg/Kg)	<12.0	<12.0	<12.0	<12.0	<12.0	<12.0	<12.0	24 Max			
Oxidation Stability (g/m3)	5	10	8	9	8	Does not filter	44	25 Max			

- ✓ Um desvio orçamental desfavorável de 571,1K€ (+32), em Outros FSE´s, devido principalmente à necessidade do prudente acréscimo de um custo com trabalhos especializados com a rubrica de Operação e manutenção do Polnato no montante de cerca de 1,1M€.
- ✓ Ligeiro desvio orçamental favorável de 11K€ (1,2%) em custos com pessoal;
- ✓ Um desvio favorável na contabilização de perdas por imparidades, como segue:



- Reversão da perda por imparidade sobre o inventário no montante de cerca de 107,6M€ que advém da recuperação das cotações do crude e produtos nos mercados internacionais, cotação utilizada é de 31/12/2016;
- Quebra em inventário de gasóleo no Polnato apurada pelo auditor independente Saybolt após medição no final do ano - 91,5 ton, no valor de 52,K€;

Análise de perdas de produto no DPNL (Unidade: Toneladas)

- ✓ Em 31 Dez 2014 o DPNL tinha 139.405,00 Ton
- ✓ Em 31 Dez 2015 o DPNL tinha 139.324,00 Ton

Correspondendo, em 12 meses, a um diferencial de  $\Delta$ =-81 Toneladas.

- ✓ Em 31 Dez 2015 o DPNL tinha 139.324,00 Ton
- ✓ Em 31 Dez 2016 o DPNL tinha 139.232,00 Ton

Correspondendo, em 12 meses, a um diferencial de  $\Delta$ =-92 Toneladas.

Estas perdas correspondem a uma percentagem anual de cerca de 0,06%, que será um valor que se enquadra no historial empírico de perdas do DPNL. Efetuando-se uma análise detalhada identificaram-se perdas, que se consideram de valor ponderado, extraordinário, para as linhas e tanque 3.3, carecendo esta situação de acompanhamento próximo e avaliação permanente.

No entanto, verifica-se que as instalações do DPNL (POL NATO) revestem-se de características especiais que assentavam (até setembro do ano passado, momento em que a ENMC iniciou a concessão por 25 anos) numa filosofia de controlo de gestão que assegurava apenas capacidade de armazenagem e mobilização, não tendo sido feito, ao longo dos anos, os desenvolvimentos técnicos que assegurassem um controlo e monitorização permanente da situação do produto existente nas linhas, sendo os valores indicados para as linhas, apenas valores empíricos, não sendo possível a sua real verificação no local.

Assim, não era, e não é no presente, possível de estabelecer com exatidão as quantidades de produtos existente nas linhas. A estimativa total das quantidades existentes era concretizada com alguma aproximação empírica, não tendo em conta todo o produto que, porventura, poderá estar adicionalmente nas linhas que ligam a zona 2, à zona 3 destas instalações.



Face a esta a esta incapacidade de monitorizar em permanência, com o máximo nível de confiança e exatidão, os stocks, o Conselho de Administração da ENMC diligenciou que fosse feito o levantamento técnico das necessidades do parque, e desencadeou o inicio de um projeto de investimentos que irão assegurar que nos próximos meses serão instalados todos os sistemas de telegestão e capacidade de monitorização do inventário, permitindo, ai sim, reavaliar a real quantidade de produto armazenado nas instalações.

Como medida mitigadora adicional foram definidos um conjunto de trabalhos, que estão a ser analisados e em processo de execução, com o objetivo final da retirada do combustível existente nas linhas de maior volume e expressão. Estes produtos serão recolhidos e armazenados em tanques, de forma a que possam ser devidamente monitorizados. Esta operação envolve ainda a verificação das tubagens e dos equipamentos existentes (como válvulas, entre outros), a criação de condições de segurança para a mobilização, e a criação de volume de armazenagem disponível extra, com a avaliação e reparação dos tanques inoperacionais

Relativamente aos volumes de perda nos tanques, e à situação específica identificada para o tanque 3 da zona III (Tk.3.3), com indicação de percentagem de perda acima do verificado nos restantes tanques. Uma das razões, mais plausíveis, poderá ser a passagem do produto através das válvulas, com passagem para os coletores principais, existentes entre as duas zonas, e que não estando completamente cheios, têm capacidade para acomodar a deslocação por gravidade, deste produto.

Como resolução, está a ser analisado e em processo de validação, o processo de verificação da estanquidade do tanque e das linhas de serviço ao mesmo, com execução prevista até ao final de 2017, e posterior acompanhamento e monitorização da situação.

- ✓ Procedemos ao reforço suplementar da provisão para o fundo estatutário no montante de 5,5M€ sobre o valor previamente orçamentado de 2,02M€, contabilizando desta forma um valor global de 7,52M€ (contra 7,80M€ registados em 2015), considerando:
  - o que a ENMC teve dois exercícios (2012 e 2014) em que a provisão não foi constituída e que houve exercícios em que a provisão, foi constituída por 5% do total de custos (quando o normal tem sido 10%), por forma a não onerar as prestações aos operadores;



a necessidade de apresentar resultado antes de impostos tendencialmente nulo,
 antes do registo da perda por imparidade sobre inventário.

## ✓ Outros custos que incluem:

- o Regularização de contrapartidas por parte da Petrogal no valor de 39K€;
- o Afetação real do IVA após correção solicitada pela AT no valor de 38,8K€;
- o Regularização de IRC de 2012 e 2013 no montante de 9,5K€;
- E outras rúbricas menos expressivas, que incluem impostos indiretos, quotizações.

#### Síntese da conta de exploração

O quadro seguinte mostra os principais resultados da exploração:

	20	16	Real	(1)//	(2)	(1)	//3\
	Real	Orç.	2015	(1)/	(2)	(1)/(3)	
(K€)	(1)	(2)	(3)	Valor	Δ%	Valor	Δ%
Rendimentos operacionais	23 609,1	22 221,6	23 546,0	1 387,5	6,2%	63,1	0,3%
Outros rendimentos e ganhos	794,1	727,2	711,7	66,9	9,2%	82,3	11,6%
Gastos operacionais	83 510,2	-22 027,5	-108 800,2	-105 537,7	-479,1%	-192 310,4	-176,8%
EBITDA	107 913,3	921,3	-84 542,5	106 992,0		192 455,9	227,6%
Amortizações	-89,1	-144,4	-32,5	-55,3	-38,3%	56,6	174,1%
Juros suportados e gastos similares	-85,4	-748,7	-734,3	-663,3	-88,6%	-648,9	-88,4%
RAI	107 738,8	28,2	-85 309,3	107 710,6		193 048,1	226,3%
Imposto s/ rendimento exercício	0,0	-5,6	-19,5	-5,6	-100,0%	-19,5	-100,0%
Resultado líquido	107 738,8	22,6	-85 328,9	107 716,2		193 067,6	226,3%

#### Desempenho económico da URP

À semelhança do que sucedeu no exercício anterior a contabilização das perdas por imparidade em inventário conforme impõem as normas contabilísticas de relato financeiro nº 18 e a IAS nº 2 têm uma repercussão decisiva no desempenho económico da URP. No exercício de 2016 foi a reversão da imparidade mercê da recuperação das cotações nos mercados internacionais do petróleo bruto e produtos petrolíferos considerados à data de 31/12/2016, no valor de 107,6M€.

Os rendimentos e ganhos operacionais incluem a rubrica de prestação de serviços onde estão contabilizadas as prestações cobradas mensalmente aos operadores em função das reservas



cedidas, outros rendimentos e ganhos que integram os juros das aplicações financeiras em CEDIM e CEDIC's e ainda os ganhos de exercícios anteriores indicados em epígrafe.

Os gastos operacionais são compostos pelos subcontratos – custo de armazenagem das reservas estratégicas e tickets adquiridos trimestralmente durante o ano, os Outros FSE´s, os Custos com o pessoal, a reversão da perda por imparidade sobre o inventário, a quebra registada no gasóleo armazenado no Polnato, o fundo estatutário e outros custos, atingindo um EBITDA positivo de 107,9M€.

Os juros compensatórios relacionados com os planos prestacionais, ainda antes da adesão ao PERES realizada em novembro, representaram um custo acrescido de 79,2K€ registado em outros gastos e perdas.

Como se pode verificar a dimensão da reversão da perda por imparidade sobre o inventário tem um peso muito expressivo no desempenho económico proporcionando um EBITDA francamente positivo.

O RAI obtido após dedução das amortizações (89,1K€) e dos juros e gastos similares (85,4K€), ascende a cerca de 107,7M€.

#### Síntese da conta de exploração - Antes da imparidade

A conta de exploração antes do lançamento da perda por imparidade em inventário apresenta a seguinte configuração:

	20	16	(1)/(2)		
	Real	Orç.	(1)/	(2)	
(K€)	(1)	(2)	Valor	Δ%	
Rendimentos operacionais	24 403,1	22 948,7	1 454,4	6,3%	
Gastos operacionais	-24 181,5	-22 027,5	2 154,0	9,8%	
EBITDA	221,6	921,2	-699,6	-75,9%	
Amortizações e depreciações	-89,1	-144,4	-55,3	-38,3%	
Juros suportados e gastos similares	-85,4	-748,7	-663,3	-88,6%	
RAI	47,1	28,1	19,0	67,5%	

#### Desempenho económico - Antes da imparidade

O desempenho da conta de exploração, expurgando o efeito da perda por imparidade no inventário, traduz-se num EBITDA de 0,2M€ positivos o que, após contabilização das amortizações (0,09M€) e juros e gastos similares (0,09K€) obtemos um RAI de cerca de 47K€, próximo de zero, conforme está previsto nos estatutos.

#### Desempenho económico - Após da imparidade



O desempenho da conta de exploração após imparidade é francamente favorável e advém do montante apurado de reversão da imparidade (107,6M€) que representa um impacto muito representativo no EBITDA. Este indicador evidencia um montante positivo de 107,9M€. Depois de contabilizados amortizações e juros obtemos um RAI final de 107,7M€.

#### 8.1.2. Unidade de Produtos Petrolíferos (UPP)

#### Rendimentos Operacionais

Em termos de proveitos assinala-se:

	20	16	(1)//	),
	Real	Orç.	(1)/(2)	
(K€)	(1)	(2)	Valor	Δ%
Prestações de serviços	0,0	12,0	-12,0	-100%
TOTAL	0,0	12,0	-12,0	-100%

Esta unidade não apresentou qualquer proveito apesar do orçamento prever 12K€ pelo que o desvio desfavorável é total.

#### Gastos Operacionais

No que respeita aos custos operacionais:

	20	16	(1)/(2)		
	Real	Orç.	(1)/	(2)	
(K€)	(1)	(2)	Valor	Δ%	
FSE's	894,2	619,5	274,7	44%	
Custos c/Pessoal	284,6	327,8	-43,2	-13%	
Amortizações	16,7	19,6	-2,9	-15%	
Outros gastos e perdas	2,5	0,0	2,5		
Total custos operacionais	1 197,9	966,9	231,0	<b>24</b> %	

Como principais desvios orçamentais registados nos custos da UPP em 2016, podemos destacar:

- o Um desvio desfavorável global de 274,7K€ (+44%), na rubrica de FSE´s, relacionado principalmente com:
  - ✓ Um desvio desfavorável de 238,8K€ devido ao gasto com a desmaterialização da auditoria aos postos do SPN não orçamentado;
  - ✓ Um desvio desfavorável de 45K€ em outros trabalhos especializados não orçamentados;



- ✓ Um desvio desfavorável de 25K€ com campanhas publicitárias não orçamentadas;
- ✓ Um desvio desfavorável de 29K€ em gastos com honorários não orçamentados;
- ✓ Um desvio desfavorável com alugueres de viaturas não orçamentado de 9k€;
- ✓ Em sentido contrário observa-se um desvio favorável com trabalhos especializados, designadamente, trabalhos de análises de qualidade orçamentadas em 560K€, cujo custo real não ultrapassou os 471K€ (CLH);
- ✓ Em sentido contrário regista-se um desvio favorável com as deslocações e estadas que registam cerca de 19K€ quando foi orçamentado 21,6K€;
- Um desvio favorável, com gastos com pessoal, de 43,2K€ (-13%) relacionado com o fato do orçamento prever a entrada de mais dois colaboradores (uma equipa de fiscalização para o terreno) que não veio a ocorrer;
- O Um desvio favorável nas amortizações, no montante de 3K€, sobretudo devido à orçamentação da aquisição de uma viatura para a terceira equipa de serviço que não veio a ocorrer.

#### Desempenho económico da UPP

Na UPP, o desempenho económico negativo tem a ver com o facto de não existirem quaisquer proveitos operacionais.

Os gastos operacionais integram os FSE's e os gastos com o pessoal que atingem, no global, os 1.178,8K€, constituindo praticamente o valor do EBITDA (-1.181K€).

Tendo em atenção o valor de amortizações e considerando que não existem resultados financeiros obtém-se um RAI de -1.197,7K€.

#### 8.1.3. Unidade de Biocombustíveis (UB)

#### Rendimentos Operacionais

Em termos de rendimentos, assinala-se:

	2016		(1)//3	) \
	Real	Orç.	(1)/(2)	
(K€)	(1)	(2)	Valor	Δ%
Prestações de serviços	326,8	432,0	-105,2	-24%
TOTAL	326,8	432,0	-105,2	-24%

Os proveitos operacionais desta unidade circunscrevem-se a prestações de serviços respeitantes ao enquadramento legislativo que impõe metas de incorporação de *tickets* de biocombustíveis sobre as introduções ao consumo dos operadores.



O desvio desfavorável, de cerca de 105,2K€ (-24%), relativamente ao orçamento deve-se a uma menor incorporação de tickets por parte dos operadores relativamente ao previsto em sede de orçamento.

#### Gastos Operacionais

No que respeita aos gastos operacionais:

	20	16	(1)/	(2)
	Real	Orç.	(1)/	(2)
(K€)	(1)	(2)	Valor	Δ%
FSE's	6,4	27,1	-20,7	<b>-76</b> %
Custos c/Pessoal	61,3	75,6	-14,3	-1 <b>9</b> %
Amortizações	0,4	3,9	-3,5	-90%
Outros Custos	0,5	0,0	0,5	
Total custos operacionais	68,7	106,6	-37,9	-36%

Os principais desvios orçamentais registados nos gastos da UB, em 2016, são:

- O Um desvio favorável de 20,7K€ (-76%), na rubrica de FSE´s, relacionado com o facto de o orçamento conter nesta rubrica: gastos com trabalhos especializados respeitantes a análises de qualidade aos biocombustíveis (17,3K€), organização de eventos (5,0K€), deslocações e estadas (2,1K€). Em termos reais apurou-se 4,1K€ em gastos diretos (conferências, material de publicidade e deslocações e estadas) e o diferencial em gastos partilhados (2,3K€).
- O Um desvio favorável de 14,3K€ (-19%), na rubrica de gastos com o pessoal, que advém do fato de estar alocado diretamente a esta unidade 1 colaborador (56,7K€) sendo o restante serviços partilhados (na quota parte desta unidade), no valor de 3,6K€ e 1,1K€ de formação.
- As amortizações reais são diminutas (0,4K€) e estão relacionados com ativos tangíveis imputados aos serviços partilhados, cujo orçamento foi 3,9K€ previstos em investimento partilhado.

#### Desempenho económico da UB

O desempenho económico desta unidade evidencia um EBITDA positivo de 258,5K€ em contraposição com um valor orçamentado de 329,3K€ (-21%).

Apesar do EBITDA real positivo, o desvio orçamental é desfavorável pois, se por um lado se regista um desvio favorável nos gastos operacionais de 34,4K€, por outro assiste-se a um desvio desfavorável ocorrido com os rendimentos operacionais de 105,2K€.



Após amortizações e atendendo a que não houve gastos financeiros, o RAI real foi positivo e ascendeu a 258K€ abaixo do RAI orçamentado de 325,4K€ (-143,1K€, ou seja -21%).

Como se depreende este desvio desfavorável decorre sobretudo do desvio desfavorável dos rendimentos da UB justificado pelo menor nível de emissão de Tdb's (Títulos de Biocombustíveis).

## 8.1.4. Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos (UPEP) Rendimentos Operacionais

Em termos de rendimentos, assinala-se:

	20	16	(1)/(2)		
	Real	Orç.	(1)/(2)		
(K€)	(1)	(2)	Valor	Δ%	
Prestações de serviços	395,1	1 332,8	-937,7	-70%	
Outros rendimentos e ganhos	913,4	0,0	913,4	100%	
TOTAL	1 308,5	1 332,8	-24,3	-2%	

Os rendimentos e ganhos operacionais compreendem as prestações de serviços no montante de 395,1K€ constituído exclusivamente por venda de documentação técnica (relatórios técnicos, dados geofísicos, diagrafias, dados sísmicos e cópias administrativas), e os Outros rendimentos e ganhos onde figura a especialização dos contratos de contrapartidas no montante de 913,4K€.

A orçamentação previa um valor global de prestação de serviços onde se incluíam as contrapartidas de 1.332,8K€ sendo que em termos reais o valor destas duas componentes atingiu os 1.308,5K€, o que representa um desvio desfavorável de apenas 24,3K€ (-2%).

#### Gastos Operacionais

No que respeita aos gastos operacionais:

	20	16	(1)/(2)		
	Real	Orç.	(1)/	(2)	
(K€)	(1)	(2)	Valor	Δ%	
FSE's	259,6	246,5	13,1	5%	
Custos c/Pessoal	309,5	322,1	-12,6	-4%	
Amortizações	19,2	69,5	-50,3	-72%	
Outros Gastos	41,3	0,0	41,3		
Total gastos operacionais	629,6	638,1	-8,5	-1%	



Como principais desvios orçamentais registados nos custos da UPEP em 2016, assinala-se:

- o Um desvio desfavorável de 13,1K€ (+5%), nos FSE´s, onde se destacam:
  - ✓ Outros trabalhos especializados realizados no valor de 156,7K€ (principalmente estudos de 40K€, licenças haliburton de 61,8K€ e Ovation Data de 45,7K€) e quando o orçamento previa apenas 50K€ para esta rubrica;
  - ✓ Honorários (recibos verdes) que registou um montante global de 16,7K€ tendo o orçamento previsto o valor de 105K€;
  - ✓ Deslocações e estadas registou um valor de 15,7K€ quando foi orçamentado, nesta rubrica, 40K€;
  - ✓ Conferências, material institucional e publicidade ascenderam a 16,3K€ e o orçamento previa 23K€;
  - ✓ Outros pequenos FSE's como material de escritório e consumíveis de informática estão em linha com o orçamento;
  - ✓ Outros gastos realizados e não orçamentados como serviços de informática no valor de 9,4K€, livros e documentação técnica de 3,8K€, conservação e reparação de 6,4K€, ferramentas e utensílios de 1,5K€;
- o Um desvio favorável de 12,5K€ (-4%), em Gastos com o pessoal, próximo do orçamento;
- As amortizações reais decorrem de depreciações com ativos tangíveis diretamente alocados a esta unidade. Grande parte o investimento previsto em sede de orçamento não foi executado.

#### Desempenho económico da UPEP

O desempenho económico foi positivo, mas revela um desvio desfavorável que advém do desvio desfavorável apurado em rendimentos e ganhos operacionais de 24,3K€ (-2%) %) e do desvio ligeiramente desfavorável obtido nos gastos operacionais de 8,5K€ (-1%).

O EBITDA foi positivo e cifrou-se nos 698,1K€ contra os 764,2K€ orçamentados.

O RAI ascendeu a 678,9K€.

#### 8.1.5. Global

#### Rendimentos Operacionais

Em termos de proveitos assinala-se:



	20	16	Real	(1)/(2)		(1)/(3)	
	Real	Orç.	2015				
(K€)	(1)	(2)	(3)	Valor	Δ%	Valor	Δ%
Vendas de produtos	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	
Prestações de serviços	24 330,9	23 998,4	24 562,1	332,5	1,4%	-231,2	-0,9%
Outros rendimentos e ganhos	1 707,7	727,2	1 559,9	980,6		147,8	
TOTAL	26 038,6	24 725,5	26 122,0	1 313,1	5,3%	-83,4	5,3%

O nível de prestações de serviços global é de 24.330,9K€ e resulta num desvio global favorável de 332,5K€ (1,4%), relativamente ao orçamento, dividido por unidade como se segue e de acordo com a explicitação indicada anteriormente:

- Desvio favorável na URP de 1.387,5K€;
- Desvio desfavorável na UPP de 12K€;
- Desvio desfavorável na UB de 105,2K€;
- Desvio desfavorável de na UPEP de 937,7K€.

Os restantes rendimentos e ganhos correspondem a outros rendimentos suplementares obtidos pela UPEP, designadamente proveitos obtidos no âmbito dos contratos de contrapartidas do Estado no montante global de 913,4K€.

Nesta rúbrica de Outros rendimentos e ganhos acresce principalmente a contabilização de juros de aplicações financeiras reconhecidos na URP no montante de 710K. O montante global ascende a 794,1K€ contra um montante orçamentado de 727,2K€ o que representa um acréscimo de 66,9K€ (+9,2%).

Gastos Operacionais

No que respeita aos gastos operacionais:

	201	6	Real	(1)/(2)		(1)//	(3)
	Real	Orç.	2015	(1)	(2)	(1)/(3)	
(K€)	(1)	(2)	(3)	Valor	Δ%	Valor	Δ%
Custo das reservas vendidas	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	
Subcontratos (armazenagem+tickets)	13 203,1	17 347,7	13 598,3	-4 144,6	-23,9%	-395,2	-2,9%
Outros FSE's	3 496,2	2 658,0	2 198,9	838,2	31,5%	1 297,3	59,0%
Custos c/Pessoal	1 542,1	1 622,8	1 023,5	-80,7	-5,0%	518,6	50,7%
Amortizações	125,4	237,4	47,1	-112,0	-47,2%	78,3	166,1%
Perdas por imparidade (inventário)	-107 691,7	0,0	85 320,0	-107 691,7		-193 011,7	-226,2%
Quebras	52,0	0,0	24,3	52,0		27,7	114,2%
Fundo Estatutário	7 517,6	2 017,6	7 801,7	5 500,0	272,6%	-284,1	-3,6%
Outros Gastos	230,5	0,0	61,4	230,5		169,1	275,6%
Total custos operacionais	-81 524,9	23 883,5	110 075,1	-105 408,4	-441,3%	-191 600,0	-174,1%

Como principais desvios orçamentais registados nos custos globais da ENMC, em 2016, deverão ser relevados:



- o Um desvio favorável de 4.144,6K€ (-23,9%) na rubrica de FSE's (subcontratos: armazenagem mais tickets) que diz respeito exclusivamente à URP conforme explicitado nos comentários da URP;
- o Desvio desfavorável de 838,2K€ (+31,5%), em Outros FSE´s, fruto de desvios em sentidos opostos:
  - ✓ Desvio desfavorável de 571,1K€ na URP;
  - ✓ Desvio desfavorável na UPP de 274,7K€;
  - ✓ Desvio favorável na UB de 20,7K€;
  - ✓ Desvio desfavorável na UPEP de 13,1K€.
- Os custos com o pessoal evidenciaram um desvio favorável de 80,7K€ (-5%) comum a todas as unidades embora em montantes distintos:
  - ✓ Desvio favorável na URP de 10.6K€:
  - ✓ Desvio favorável na UPP de 43,2K€;
  - ✓ Desvio favorável na UB de 14,3K€;
  - ✓ Desvio favorável de 12,6K€ na UPEP.
- As amortizações, no montante de 125,4K€, devem-se ao investimento realizado, principalmente, em ativos tangíveis, o que representa um desvio favorável face aos 237,7K€ orçamentados (-47,2%);
- Reversão da perda por imparidade em inventário que afeta exclusivamente a URP, conforme foi referido nos comentários da URP, embora globalmente seja bastante impactante no resultado;
- Quebra do gasóleo do Polnato, que também afeta exclusivamente a URP, conforme referido nos comentários da URP;
- o Reforço do fundo estatutário relativamente ao valor especializado e orçamentado no exercício (2.017,6K€), no valor de 5.500K€, que também afeta exclusivamente a URP, conforme observado nos comentários da URP.

#### Desempenho económico da ENMC

O desempenho económico global é fortemente marcado pela reversão da perda por imparidade sobre o inventário a que não é alheio a recuperação das cotações do brent e produtos petrolíferos nos mercados internacionais à data de 31/12/2016.



Esta reversão é tanto mais impactante quanto é suficiente para inverter a globalidade dos gastos operacionais, o que a somar ao volume de negócios global permite obter um EBITDA positivo e robusto de 107.688,8K€.

O valor das reservas estratégicas da ENMC/URP está sintetizado no mapa seguinte:

	Valo	Valor de Mercado vs Custo Aquisição (cotações 31.12.2016)									
	\$/T	€/\$	€/T	Valor Mercado (K€)	Custo Aquisição (K€)	Δ (M€)					
Crude oil	388,10	1,0541	368,18	198 112,1	158 943,9	0,0					
Gasoline	550,00	1,0541	521,77	26 819,1	24 143,3	0,0					
Middle-distillates	508,50	1,0541	482,40	143 571,5	168 930,9	-25,4					
Fuel-oil	339,75	1,0541	322,31	14 504,1	21 091,0	-6,6					
LPG	432,60	1,0541	410,40	2 411,2	2 174,6	0,0					
	_			385 417,9	375 283,7	-31,9					

#### Dados usados na calculatória:

Crude Oil:

Brent (BBL/Barril): \$56,58;

BBL(Barril): 7,23 ton

O RAI final, resultante da dedução das amortizações/depreciações do exercício e dos juros e gastos similares, ascende a 107.478,1K€. Neste aspeto o montante das amortizações é pouco expressivo (125,4K€) tal como o valor dos juros de empréstimo obrigacionista de 85,4K€.

O Resultado Líquido final, após dedução do IRC, atinge os 107.476,9K€.

#### 8.2. Análise Patrimonial - Global

O quadro seguinte mostra os principais indicadores do balanço:

	20	16	Real	(1)/(2)		(1)/(3)	
	Real	Orç.	2015				
(K€)	(1)	(2)	(3)	Valor	Δ%	Valor	Δ%
Ativo Líquido	387 783,3	354 485,6	270 789,9	33 297,7	9,4%	116 993,5	43,2%
Estado (Ativo)	382,0	2 259,7	223,7	-1 877,7	-83,1%	158,3	100,0%
Capital Próprio	21 749,8	-10 469,0	-93 244,7	32 218,8	-307,8%	114 994,5	-123,3%
Estado (passivo)	1 277,1	3 463,9	2 696,4	-2 186,8	-63,1%	-1 419,3	-52,6%
Passivo total	366 033,6	364 954,6	364 034,6	1 078,9	0,3%	1 999,0	0,5%
Ativos tangíveis/intangíveis	663,5	593,6	397,3	69,9	11,8%	266,2	67,0%
Reservas de produtos petrolíferos	343 337,5	317 845,1	235 749,7	25 492,3	8,0%	107 587,8	45,6%
Investimentos financeiros	10 100,0	10 100,0	10 100,0	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Endividamento	359 539,1	359 567,8	359 676,2	-28,7	0,0%	-137,1	0,0%
Saldo de tesouraria	28 967,4	20 638,0	19 904,9	8 329,4	40,4%	9 062,5	45,5%



No que concerne à análise patrimonial, destaca-se:

- O investimento, num conjunto de ativos tangíveis e intangíveis o que traduz o investimento efetivamente realizado;
- Contabilização de quebras no gasóleo (91,6 Ton), no valor global de 51,9K€ que afeta ligeiramente o inventário;
- Aumento do ativo líquido em termos homólogos e um desempenho orçamental favorável nomeadamente por força do aumento do inventario líquido (reservas) da URP devido à reversão da perda por imparidade neste exercício;
- O Desempenho orçamental favorável na rubrica Estado (Ativo) tendo em conta que o orçamento previa pagamento por conta e pagamento especial por conta que deixou de existir já que o resultado estimado para 2015 (em sede de orçamento 2016) não se verificou. A variação homóloga foi ligeira;
- A diferença positiva registada na situação líquida observada tanto nos exercícios de 2015 para 2016 como em termos orçamentais, advém do lucro apurado no presente exercício em contraposição com o prejuízo contabilizado no exercício anterior e que resulta maioritariamente da reversão da perda por imparidade no inventário;
- O A diminuição da rubrica de Estado (Passivo), de 2015 para 2016, decorre essencialmente da redução da dívida corrente e não corrente ao Estado, designadamente no que respeita a IRC estimado para final de ano e redução da dívida de IRC de anos anteriores a amortizar através de planos prestacionais;
- O passivo total apresenta um incremento tanto em termos homólogos como orçamentais devido sobretudo ao acréscimo da rubrica de outras contas a pagar que evidencia um saldo de 5.217,4K€ que inclui entre outros e como mais representativos as rendas de superfície a pagar ao Tesouro e o acréscimo do gasto com armazenagem mais tickets;
- Aumento das disponibilidades totais de tesouraria devido ao aumento das aplicações de curto prazo, CEDIC´s devido ao efeito favorável de resultado de exploração deste exercício.

#### 8.3. Análise de Tesouraria - Global

A Demonstração de Fluxos de Caixa evidencia um efeito bastante positivo no saldo dos fluxos da atividade operacional devido ao desempenho favorável combinado tanto nos recebimentos operacionais (+9.563,5K€) como na redução dos pagamentos (-3.734,7K€).



No que concerne aos recebimentos contribui positivamente a URP e a UPEP, no que respeita à redução dos pagamentos contribui muito favoravelmente a redução dos pagamentos principalmente na URP (através do desempenho orçamental favorável de fluxo de saída associado aos tickets e não realização da rotação do gasóleo do Polnato).

O saldo dos fluxos da atividade de investimento também regista um desempenho favorável considerando que o fluxo de pagamento associado ao investimento em ativos tangíveis e intangíveis é inferior ao fluxo de entrada dos juros e rendimentos obtidos com aplicações. Estes ficaram em linha com o orçamento e os fluxos de pagamento da atividade de investimento ficaram abaixo do orçamento.

O saldo dos fluxos da atividade de financiamento apesar de negativo, considerando que apresenta apenas fluxos de saída com os juros pagos respeitantes ao empréstimo obrigacionista, evidencia um desvio orçamental favorável tendo em conta que os juros reais liquidados foram inferiores aos orçamentados.

No final assinala-se um saldo de caixa e equivalentes no final do período de 28.967,4K€ acima do saldo orçamentado de 20.638,0K€ (+8.329,4K€).

#### 8.4. Investimento

No ano de 2016 foram realizados investimentos em ativos tangíveis e intangíveis respetivamente de cerca de 99,8K€ e 35,8K€.

#### 8.5. Endividamento

O endividamento atual da ENMC resume-se ao empréstimo obrigacionista em curso, no valor de 360 milhões de euros.

#### 8.6. Prazos Médios de Pagamento e Recebimento

O atual prazo médio de pagamento situa-se nos 10 dias em média (redução de 15 dias, -60%), sendo que a 31.12.2016 o saldo de fornecedores era nulo.

O prazo médio dos recebimentos fixou-se nos 45 dias, um pouco abaixo ao prazo ocorrido no anterior (48 dias), todavia com o novo ERP está-se a realizar todos os esforços para voltar a um valor abaixo dos 20 dias.

#### 8.7. Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE:



Um pequeno alerta relacionado com o racional da contabilidade pública, que tem a ver com o fato do normativo contabilístico derivar de sobre maneira do normativo contabilístico legal vigente na ENMC, SNC-IFRS.

Esta execução tem subjacente uma lógica pura de entrada/saída de fluxo de tesouraria:

Execução o	orçamental de	2016:			
RCE	Códigos - Classificador anexo ao DL	Classificador Designação	Proposta orçamento 2016	Execução	Desvios
	nº 26/2002		(5)=(1)+(2)+(3)+(4)	Acumulado	
R.05	05	Rendimentos da propriedade	527 154,77	15 968,43	-511 186,34
R.07	07	Venda de bens e serviços correntes	29 109 312,13	33 641 485,31	4 532 173,18
R.06 + R.10		Transferências	0,00	0,00	0,00
		Total Receita	29 636 466,90	33 657 453,74	4 020 986,84
D.01	01	Despesas com o pessoal	1 686 185,99	1 130 272,59	-555 913,40
D.02	02	Aquisição de bens e serviços	21 163 949,57	23 953 731,71	2 789 782,14
D.03	03	Juros e outros encargos	748 685,59	4 652,00	-744 033,59
D.07	07	Aquisição de bens de capital	533 406,00	112 491,66	-420 914,34
D.06 + D.11	06	Outras despesas	5 208 326,13	0,00	-5 208 326,13
		Total Despesa	29 340 553,28	25 201 147,96	-4 139 405,32
		Receita efetiva	29 636 466,90	33 657 453,74	4 020 986,84
		Despesa efetiva	29 340 553,28	25 201 147,96	-4 139 405,32
		Saldo Global	295 913,62	8 456 305,78	8 160 392,16

No que respeita à execução orçamental apurámos os seguintes desvios orçamentais:

No que respeita à receita:

- agrupamento 05 juros de aplicações: o desvio desfavorável deve-se principalmente ao não registo do juros do CEDIM, oportunamente corrigido;
- agrupamento 07 prestações de serviços: o desvio favorável decorre das prestações de serviços por via da URP considerando a aumento da cedência de reservas aos operadores obrigados;

No que respeita à despesa:

- agrupamento 01 despesas com o pessoal: desvio favorável na medida em que foi orçamentado um nível global de massa salarial baseada na expectativa que entrariam mais colaboradores, o que não veio a ocorrer;
- agrupamento 02 Aquisição de bens e serviços: desvio desfavorável nomeadamente resultado da execução da rubrica 02.02.20, outros trabalhos especializados, onde por via da especificidade da atividade da ENMC, designadamente da URP, são registadas a maioria das



despesas de armazenagem, mais tickets, mais manutenção das instalações do Polnato, e transferência das rendas de superfície (UPEP);

- agrupamento 03 - Juros e outros encargos: corresponde aos juros contabilizados do empréstimo obrigacionista, estes juros não foram registados nesta rubrica, tendo ido à conta orçamental de outros (02.02.20), o que foi oportunamente corrigido com o valor de €233.432,00, o que redunda num desvio orçamental favorável;

- agrupamento 06 – Outras despesas: não se verificou a saída de qualquer fluxo desta índole pelo que o desvio é totalmente favorável, nesta rubrica constava no orçamento o fundo de reserva cativa, o fundo estatutário e pagamentos por conta;

- agrupamento 07 - Aquisições de bens de capital: contempla o investimento orçamentado para ativos tangíveis e intangíveis cuja execução ficou abaixo do orçamento gerando um desvio também favorável.

No computo geral constata-se um efeito duplamente positivo com receita obtida acima do orçamento e despesa efetuada abaixo do orçamento.

#### 9. Proposta de aplicação de resultados

No exercício de 2016, a ENMC registou resultados líquidos positivos de 107.476.911,54 €, propondo o Conselho de Administração que fossem relevados em resultados transitados, em consonância com o previsto no nº 2 do artigo 24º dos Estatutos (Anexo V ao Decreto-Lei 165/2013 de 16 de dezembro).

Lisboa, 23 de Outubro de 2017

#### O Conselho de Administração,

Filipe Rodrigues Meirinho José Manuel da Silva dos Reis

(Presidente) (Vogal Executivo)



10. Demonstrações Financeiras



11. Anexo às Demonstrações Financeiras



#### **ANEXOS**

- Ata nº 54/2017 de 08/11/2017 do Conselho de Administração, de aprovação do Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário de 2016
- Parecer do Conselho Fiscal
- Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
- Ata n°27/2017 de 06/12/2017 do Conselho Consultivo da Unidades de Reservas de Produtos Petrolíferos/ECA-Entidade Central de Armazenagem

## ENMC – ENTIDADE NACIONAL PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, E.P.E.

Pessoa Colectiva número 506084361 Conselho de Administração

#### Ata nº 54

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, pelas dessásseis horas e quarenta minutos, na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício D, 1º andar, em Lisboa, reuniu o conselho de administração da ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E., pessoa coletiva número P506084361, com o capital social de duzentos e cinquenta mil euros, integralmente realizado, com a seguinte ordem de trabalhos:----21. Aprovação do Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário de 2016;-----22. Indicação de Secretário para o Conselho Consultivo;-----23. Renovação de contrato de prestação de serviços – Rute Costa;-----24. Renovação do Contrato de licenciamento Software Primavera.----25. Procedimento ADAQ 13/2017 - desenvolvimento do Balcão Único;-----26. Outros assuntos,-----Encontravam-se presentes o senhor Dr. Filipe Rodrigues Meirinho, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e o senhor Dr. José Manuel da Silva dos Reis, na qualidade de Vogal Executivo do Conselho de Administração.----Passando de imediato ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração aprovou o Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário de 2016, onde, no exercício de 2016, a ENMC registou resultados líquidos positivos de 107.476.911,54 €, propondo o Conselho de Administração que fossem relevados em resultados transitados, em consonância com o previsto no nº 2 do artigo 24º dos Estatutos (Anexo V ao Decreto-Lei 165/2013 de 16 Passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração deliberou propor para o cargo de Secretário do Conselho Consultivo, na reunião daquele orgão que deverá ter lugar no próximo dia 23 de novembro, a Dra. Sofia Ferro da Costa, Advogada.-----Seguidamente, foi abordado o terceiro ponto da ordem de trabalhos. O Conselho de Administração fez um ponto de situação sobre o contrato de prestação de serviços celebrado com a Dra. Rute Costa, para apoio ao Centro para o Conhecimento do Petróleo e UPEP, tendo considerado não fazer sentido manter o mesmo, tendo em conta o baixo volume de trabalho associado. Consequentemente, o contrato em causa irá cessar no próximo dia 30 de novembro de 2017.----

## ENMC – ENTIDADE NACIONAL PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E P E

# COMBUSTÍVEIS, E.P.E. Pessoa Colectiva número 506084361 Conselho de Administração

Passando ao quarto ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração analisou a
situação do contrato de licenciamento relativo ao Software Primavera. O software em causa
foi contrato pela Entidade, na altura EGREP, nos módulos de contabilidade e faturação
Sucede, porém, que, com as necessidades levantada pela obrigação de cumprimento das
normas contabilísticas SNC-AP, a ENMC lançou concurso para desenvolvimento de um ERP,
concurso esse adjudicado à empresa Quidgest. Consequentemente, tornou-se desnecessário o
uso do software Primavera, pelo que o Conselho de Administração deliberou no sentido da
denúncia do contrato de licenciamento, fazendo, dessa forma, o contrato cessar na data de 12
de dezembro de 2017
Passando ao quinto ponto da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração ratificou a
deliberação, tomada no passado dia 31 de outubro de 2017, de aprovar o convite e caderno de
encargos relativos ao procedimento com a designação ADAQ 13/2017, para contratação de
serviços de desenvolvimento do Balcão Único da ENMC. Tratando-se de um procedimento na
área das tecnologias de informação, o procedimento foi, entretanto, submetido à AMA para
emissão de parecer prévio
Por fim, abordando o último ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho
de Administração propôs, de forma a tornar mais regulares as reuniões do Conselho, passar a
realizar-se a reunião mensal do Conselho de Administração na última semana de cada mês,
tendo a proposta sido aceite por unanimidade
E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, pelas dezassete horas e vinte minutos e
lavrada a presente ata, que vai a assinar

a septimente de l'anticolor de la proposition de la color de l La color de la

takan Baga Angarang bagang melatik di penghapat bermangan penghapat di salah penghapat berman dipengan berman Manganggan penghapat di Mangang di Manganggan bermanggan penghapat bermangan penghapat di penghapat bermanggan

per mentan Appending temperatura per mentang at temperatura di periodo di periodo di periodo de la seconda del La periodo della periodo d

al samilado aplitura a ser en entre en entre en esta en esta en el caracteria en en en en



### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A. Av. Miguel Bombarda, nº 36 - 6º A 1050-165 Lisboa - Portugal

T +351 218 471 933

F +351 218 471 932

www.moorestephens.pt

#### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 387.783.343 euros e um total de capital próprio de 21.749.788 euros, incluindo um resultado líquido de 107.476.912 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ENMC — Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Incerteza material relacionada com a continuidade

De acordo com as disposições legais constantes dos artigos 173º e 174º do Orçamento do Estado para o ano de 2017, aprovado pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, o Governo foi encarregado de:

- (a) realizar uma profunda reestruturação orgânica da fiscalização no sector energético, no âmbito da qual se iria proceder, designadamente, à concentração de competências numa entidade fiscalizadora especializada para o setor energético;
- (b) proceder à extinção da ENMC, E.P.E., integrando as suas competências na ERSE e na DGEG.

Constata-se que, nesta data, os prazos previstos para a referida reestruturação já foram largamente ultrapassados e não se conhecem decisões, ou mesmo indícios, de ter sido dada sequência, ou tomadas iniciativas, no sentido de se promover o cumprimento das referidas disposições legais.

É nossa convicção que a situação anteriormente descrita constitui uma incerteza material cujo desfecho, a concretizar-se, terá impacto significativo na situação patrimonial da Entidade e na continuidade das operações futuras.

#### Ênfase

Até à data do presente relatório as contas do exercício de 2015, ainda não foram aprovadas pela tutela, havendo, todavia, expetativas por parte do Conselho de Administração de que as contas submetidas serão aprovadas sem alterações.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos abaixo as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

### DESCRIÇÃO DOS RISCOS DE DISTORÇÃO MATERIAL MAIS SIGNIFICATIVOS

SÍNTESE DA NOSSA RESPOSTA AOS RISCOS DE DISTORÇÃO MATERIAL MAIS SIGNIFICATIVOS

#### 1. Inventários

O montante escriturado dos Inventários, a 31 de dezembro de 2016, ascende a 343 337 455 € e representa 89% do ativo líquido.

As flutuações e volatilidade do preço de mercado do petróleo e seus derivados têm, habitualmente, um impacto significativo na valorização dos inventários e no reconhecimento de imparidades de montante avultado, razão pela qual considerámos este tema como matéria relevante da nossa auditoria.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Obtenção da confirmação, por parte de entidade externa independente, responsável pela inventariação física das existências, à data de 31 de dezembro de 2016;
- Comparação das quantidades constantes da confirmação externa com as quantidades valorizadas para efeitos de registos contabilísticos;
- Obtenção do valor da cotação de mercado, à data de 31/12/2016, do crude e seus derivados;
- Comparação do valor de mercado com o custo unitário dos inventários;
- Recálculo da imparidade determinada pela Entidade.

#### 2. Reconhecimento do rédito

As ISA's presumem que existe um risco de fraude acrescido associado ao rédito.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Teste à operacionalidade dos controlos relacionados com o processo de reconhecimento do rédito;
- Obtenção de confirmações externas dos principais clientes;
- Recálculo da faturação de serviços, tendo em conta o valor unitário aprovado, as introduções ao consumo comunicadas e o número de dias de reservas pretendidas pelos operadores.

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro:
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a
  fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses
  riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base
  para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o
  risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio,
  falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

#### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

#### Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

#### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos revisores oficiais de contas e auditor externo da ENMC Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. pela primeira vez por Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças, de 7 de julho de 2016 para um mandato compreendido entre 2015 e 2017, tendo, todavia, exercido funções como auditor externo em exercícios anteriores.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade na presente data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do número 8 do artigo 77.º
  do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que não prestamos quaisquer outros
  serviços para além da auditoria e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a
  realização da auditoria.

Lisboa, 22 de novembro de 2017

box

#### **ACTA NÚMERO 27**

Aos seis dias do mês de <del>nevembr</del>o, pelas quinze horas e trinta minutos, na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício D, 1º andar, em Lisboa, reuniu o Conselho Consultivo Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) da ENMC – Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E., pessoa coletiva número 506084361, com o capital social de duzentos e cinquenta mil euros, integralmente realizado, regularmente convocado nos termos do Decreto-Lei nº 165/2013 de 16 de dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----Ponto Um: Nomeação de Secretário de Mesa para o Conselho Consultivo.-----Ponto Dois: Ratificação da ata de 29 de novembro de 2016.----Ponto Três: Avaliação e emissão de parecer sobre o Relatório de Contas referente ao exercício de 2016, nos termos do previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da ENMC. -----Ponto Quatro: Avaliação e emissão de parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2018, nos termos do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da ENMC.-----Ponto Quinto: Emissão de parecer sobre as prestações anuais para 2018, nos termos do previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos da ENMC.-----Ponto Sexto: Outros Assuntos. -----Encontravam-se presentes os seguintes membros do Conselho Consultivo (CC): António Brigas Afonso, em representação da Autoridade Tributária e Aduaneira,



Cristina Cachola, representante da indústria de refinação do petróleo, António Comprido, em representação da APETRO, Francisco Mascarenhas, em representação da EDIP, Filipe Meirinho e José Reis, respetivamente Presidente e Vogal do Conselho de Administração da ENMC, E.P.E., e ainda, na qualidade de observadores, José Azevedo Pereira, e Cristina Freire e Margarida Taborda, respetivamente, Presidente e Vogais do Conselho Fiscal da ENMC. -----Tendo o presidente do Conselho Consultivo, o Sr. Professor João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito, comunicado, atempadamente, a impossibilidade em estar presente na presente reunião, por motivos de força maior, os membros do Conselho Consultivos presentes deliberaram por unanimidade que, na presente reunião, o presidente do Conselho Consultivo será substituído pelo Sr. Conselheiro António Comprido.------Dando início aos trabalhos, o Presidente do Conselho Consultivo deu as boas vindas aos membros do Conselho Consultivo, e tendo os Conselheiro acordado com a agenda definida passando de imediato ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi unanimemente deliberado nomear como Secretária de Mesa para o presente Conselho a Sra. Dra. Sofia Ferro da Costa, Advogada com a cédula profissional n.º 53453L e domicílio profissional na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício D, 1.º Andar - ENMC, 1649-038 Lisboa, a qual assumiu de imediato funções.-----Passando ao ponto dois, o Conselho Consultivo ratificou a ata n.º 26, referente à reunião de vinte e nove do mês de novembro de 2016 deste Conselho, nos termos da qual, nomeadamente, o Conselho Consultivo acordou por unanimidade dar parecer positivo às prestações unitárias propostas pelo Conselho de Administração



da ENMC para o ano de 2017 no valor de €1,77 (um euro e setenta e sete cêntimos), tendo os Conselheiros presentes assinado e rubricado a ata n.º 26 de novembro de 2016, que, de seguida, vai ser arquivada no respetivo livro.-----Passando ao ponto três da ordem dos trabalhos, tomou a palavra o Vogal do Conselho de Administração da ENMC, que começou por fazer uma apresentação sumária ao Relatório e Contas de 2016, nomeadamente, sobre os dados do exercício de 2016.-----Terminada a apresentação e esclarecimentos, o presidente do Conselho Consultivo passou a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal da ENMC, tendo o mesmo referido que está em fase final a elaboração do parecer sobre o Relatório e Contas para 2016, parecer esse que será, em princípio, no sentido da aprovação do referido Relatório e Contas.-----De seguida, o Presidente do Conselho Consultivo entendeu poder ser votado imediatamente o parecer ao Relatório e Contas de 2016. -----Assim, o Conselho Consultivo acordou unanimemente dar parecer positivo sobre o Relatório e Contas de 2016.-----Passando de seguida ao ponto quarto e quinto dos trabalhos, voltou a tomar palavra o Vogal do Conselho de Administração para apresentar o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2018 que contempla as prestações unitárias a propor para o ano de 2018 no valor de €1,74 (um euro e setenta e quatro cêntimos) para todas as categorias.-----Tendo terminada a apresentação e esclarecimentos, e tendo o Presidente do Conselho Consultivo dado a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal para que tecesse considerações ao PAO para 2018, o mesmo referiu que emitiu parecer

favorável ao mesmo
De seguida, o Presidente do Conselho Consultivo entendeu poder ser votado
imediatamente o parecer ao PAO para 2018
Assim, o Conselho Consultivo acordou por unanimidade dar parecer positivo sobre
ao PAO para 2018
Do mesmo modo, o Conselho Consultivo acordou por unanimidade dar parece
positivo às prestações unitárias propostas pelo Conselho de Administração da
ENMC para o ano de 2018
E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas 18.03 horas, tendo side
deliberado a elaboração da presente ata nos termos combinados dos n.º 2 e n.º
do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo
* Rasukei "noikubuo" ————————————————————————————————————

O Presidente do Conselho Consultivo

João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

A Secretária de Mesa do Conselho Consultivo Sofia Ferro da Costa (anexa-se folha de presenças devidamente assinada)



# REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA URP Despacho n.º 5733/2015, de 18 de maio do Senhor Secretário de Estado da Energia Lisboa, 05 de dezembro de 2017 – 15:30 Horas

LISTA DE PRESENÇAS	e-mails	Contacto móvel	Assinaturas
João Pedro L. P. de Figueiredo Brito Presidente do Conselho Consultivo da URP			20
Filipe Meirinho (ENMC, E.P.E.)  Presidente do Conselho de  Administração			
José Reis (ENMC, E.P.E.)	-		
Vogal Executivo do Conselho de Administração			
António Brigas Afonso (Autoridade Tributária) em representação da Diretora-Geral			
António Comprido (APETRO)  Associação Portuguesa de Empresas  Petroliferas	3		~
Francisco Mascarenhas (EDIP)  Associação de Empresas Distribuidoras de Produtos Petrolíferos			
Luís Correia Lopes (ADPC)			
Associação de Distribuidores de Propano Canalizado			
Cristina Dias Abrantes Cachola (GALP)  Representante da Indústria de  Refinação			
José Azevedo Pereira  Presidente do Conselho Fiscal			-
Margarida Taborda Vogal do Conselho Fiscal			St. Land
Cristina Freire  Vogal do Conselho Fiscal			



The state of the s

A DESCRIPTION OF THE PERSON AND A DESCRIPTION OF THE PERSON AND A DESCRIPTION OF THE PERSON AND ADDRESS OF THE PERSON ADDRESS OF THE PERSON AND ADDRESS OF THE PERSON AND ADDRESS OF THE PERSON AD